



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 102

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1869
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1873

TAQUIGRAFIA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em dezesseis de junho de 2015)

Presidência dos Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
RIBAMAR ARAÚJO - Deputado

Secretariado pelos Srs.
JESUÍNO BOABAID - Deputado
JEAN OLIVEIRA - Deputado
LUIZINHO GOEBEL - Deputado

(Às 15 horas e 21 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Glaucione (PSDC), Lazineho da Fetagro(PT) e Lúcia Tereza (PP).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 27ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

(Às 15 horas e 27 minutos o Senhor Lebrão passa a Presidência ao Senhor Edson Martins).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 104/2015 – Poder Executivo, comunicando da ausência extraordinária no Estado de Rondônia do Senhor Governador Confúcio Aires Moura, no período de 4 a 14 de junho de 2015, em razão de viagem para o Exterior.

02 – Mensagem nº 105/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 22.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 – Mensagem nº 106/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 2.840, de 3 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ – V”.

04 – Mensagem nº 107/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”.

05 – Mensagem nº 108/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação de cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD”.

06 – Mensagem nº 109/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação das Coordenadorias Regionais de Educação I e II – CRE e o Núcleo de Apoio à CRE – NAC e dá outras providências”.

07 – Ofício nº 766/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 234/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

08 – Ofício nº 767/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 311/15, de autoria da Senhora Deputada Glaucione.

09 – Ofício nº 768/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 294/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

10 – Ofício nº 769/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 295/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

11 – Ofício nº 770/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 293/15, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

12 – Ofício nº 771/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 238/15, de autoria da Senhora Deputada Lucia Tereza.

13 – Ofício nº 773/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 242/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

14 – Ofício nº 774/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 250/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

15 – Ofício nº 775/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 123/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

16 – Ofício nº 776/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 105/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

17 – Ofício nº 777/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 103/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

18 – Ofício nº 792/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 106/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

19 – Ofício nº 809/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 105/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

20 – Ofício nº 810/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 102/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

21 – Ofício nº 840/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 320/15, de autoria do Senhor Deputado Alex Redano.

22 – Ofício nº 841/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 083/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

23 – Ofício nº 842/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 244/15, de autoria da Senhora Deputada Rosângela Donadon.

24 – Ofício nº 845/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 313/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

25 – Ofício nº 847/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 163/15, de autoria do Senhor Deputado Saulo Moreira.

26 – Ofício nº 848/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 108/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

27 – Ofício nº 849/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 103/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

28 – Ofício nº 850/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 073/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

29 – Ofício nº 868/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 248/15, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

30 – Ofício nº 869/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 273/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

31 – Ofício nº 870/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 251/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

32 – Ofício nº 871/2015 – COTEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 111/15, de autoria da Senhora Deputada Lucia Tereza.

33 – Ofício nº 1484/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 066/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

34 – Ofício nº 1604/2015 – Governo do Estado, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 065/15, de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

35 – Ofício nº 4454/2015 – SEDUC, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-398/2015, o qual atendeu a solicitação de informações da Comissão de Segurança Pública da ALE/RO.

36 – Ofício nº 835/2015 – SEFIN, encaminhando Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais do Governo do Estado de Rondônia, referente ao 1º Quadrimestre de 2015.

37 – Ofício nº 176/2015 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2015 – 1º Quadrimestre 2015.

38 – Ofício nº 033/2015 – Tribunal de Justiça, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-369/2015, o qual solicitou relação de ADIs.

39 – Ofício nº 350/2015 – Tribunal de Justiça, informando que a Lei 794 de 1998, foi declarada inconstitucional.

40 – Ofício nº 344/2015 – Tribunal de Justiça, solicitando informações sobre a Lei Complementar nº 807 de 2014, objeto da ADIN nº 0003164-62.2015.8.22.0000.

41 – Ofício nº 361/2015 – Tribunal de Justiça, informando que a Lei 2.541, de 2011, foi declarada inconstitucional.

42 – Ofício nº 969/2015 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia do processo de elaboração da Emenda Constitucional nº 99, de 13 de maio de 2015.

43 – Ofício nº 886/2015 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia do processo de elaboração da Lei nº 1.038, de 22 de janeiro de 2002.

44 – Ofício nº 279/2015 – Deputado Federal Reginaldo Lopes, solicitando a realização de Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados à CPI de Violência Contra Jovens Negros e Pobres.

45 – Ofício nº 3547/2015 – Coordenadoria de Gestão Patrimonial, solicitando cópia de todas as legislações vigentes utilizadas e elaboradas pela Assembleia Legislativa do Estado na gestão e administração de seus bens imóveis.

46 – Ofício nº 029/2015 – Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Rondônia, prestando esclarecimentos a cerca da lavratura de Termo Circunstanciado em crimes de menor potencial ofensivo.

47 – Carta s/n – Deputado Federal Eros Biondini, informando que não seja incluída qualquer menção aos termos “gênero” e “orientação sexual” em Lei que vier a estabelecer o Plano Estadual de Educação, bem como nas suas metas.

48 – Ofício nº 081/2015 – Sindicato dos Servidores de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia, encaminhando Pauta Reivindicatória dos Servidores da Agência IDARON.

49 – Memorando nº 152/2015 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando Ofício nº 1.373/GAB/SEAS, que trata da construção das casas populares na Gleba Aliança, imóvel denominado Sítio Lagoinha e Três Irmãos, na qual foi desapropriado em virtude do interesse social.

50 – Memorando nº 125/2015 – Gabinete do Deputado Aírton Gurgacz, encaminhando denúncia da senhora Mayra Regina Valência Sales.

51 – Requerimento do Senhor Deputado Lebrão, justificando ausência nas sessões dos dias 5, 6 e 20 de maio de 2015.

52 - Comunicado nº AL100963/2015 e AL100964/2015 – do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

53 – Ofício 0100/ 2015 - Associação Rural de Espigão do Oeste. Convite para participar e prestigiar a 13ª Exposição Agropecuária de Espigão do Oeste, dias 17, 18, 19, 20 de junho do corrente, na sede do Parque de Exposições Laurindo Ferreira, localizado na estrada Itaporanga, km 02, RO- 387, em Espigão do Oeste.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero registrar a presença do Vereador Cleiton Cheregato e também do Vereador José Roberto Moura, a esposa do Vereador Betão, que é o mesmo José Roberto, os filhos estão prestigiando o trabalho. Muito obrigado aí pela presença de vocês lá da Câmara do Município de Novo Horizonte.

Registrar também a presença da senhora Vereadora Nelci Verdan, lá do município de Alvorada do Oeste, a Vereadora Nelci está ali presente, muito obrigado aí pela presença, demais pessoas que estão acompanhando. E também registrar a presença do Marcelo dos Santos. O Marcelo foi meu Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura de Urupá por 08 anos, hoje continua como Secretário lá no município, quase um patrimônio lá do município de Urupá, apesar de ser bastante jovem, irmão também do Prefeito Serjão. Parabenizar Marcelo pela cidade de Urupá. Eu estive esse final de semana lá, a cidade está bonita, toda limpinha, aconchegante, eu acho que

o homem público precisa realmente dar esse respeito para população, esse atendimento que o município de Urupá tem feito.

Então, muito obrigado e parabéns. Leve um abraço para o Prefeito Serjão e quero registrar aqui este reconhecimento pelo trabalho do Prefeito, dos Secretários, os Vereadores lá de Urupá pelo bom trabalho. Muito obrigado.

Lido o expediente recebido, passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o nobre Deputado Aírton Gurgacz, por 05 minutos, sem apartes.

O SR. AIRTON GURGACZ - Boa tarde, Senhor Presidente. Eu quero aqui hoje cumprimentar os nossos Deputados que estão aniversariando, o Deputado Marcelino Tenório e o Deputado Saulo Moreira, do nosso partido, desejar a eles muita saúde, muita paz e que continuem brilhando aqui nesta Casa, já estão aí indo para o terceiro mandato.

Quero também nesta hora agradecer o Diretor do DER, Coronel Caetano, e também o General da Brigada do Exército, General Costa Neves, que liberou o cascalho para nós construirmos lá em Ji-Paraná o Anel Viário. O Anel Viário, depois de uma briga jurídica, o Coronel Caetano resolveu junto com o Governo fazer com recursos próprios e desterceirizar essas empresas que estavam brigando na Justiça e que não estavam conseguindo resolver.

Então, o Governo do Estado concedeu lá, comprou para o Exército construir em Ji-Paraná 105 alqueires de terras e dentro tem uma área boa de cascalho. Então, foi feito um acordo e o General liberou para que a gente possa fazer, tirar o cascalho dali e que é ao lado do Anel Viário, é onde o custo será bem barato para o nosso Estado. Também queremos agradecer o nosso Coronel Caetano, ele autorizou o estudo e a licitação para a duplicação da ponte do rio Urupá, que liga Nova Londrina à BR-429, ali no setor de Costa Marques. Ji-Paraná, nós temos o 1º Distrito e o 2º e nesse, onde vai sair o Anel Viário e essa duplicação da ponte, está se prevendo o 3º Distrito porque ali nós já temos faculdades, empresas de tratores de instalando, moradores se instalando por ali, sendo construído hotel, igrejas e vários condomínios. Então, essa duplicação da ponte é um sonho antigo, é um sonho nosso de mais de 20 anos que agora a gente vê pelo menos sendo autorizado o estudo da viabilidade da construção da duplicação, viabilidade A, e nós precisamos. Então, a gente quer registrar e aqui e agradecer a atitude do Governo do Estado, através do nosso Coronel Caetano.

Também dizer que semana passada nós recebemos aqui no Estado uma comitiva de chineses dispostos aí a construir a nossa ferrovia transoceânica, onde eles percorreram o Estado inteiro, Deputado Edson, de ônibus, junto com o Senador Raupp, o Senador Acir, a Deputada Marinha, o nosso vice-Governador, a vice-Governadora do Acre e também o Governador do Estado do Mato Grosso, porque vai ligar Lucas do Rio Verde, Porto Velho, ligando Cruzeiro do Sul a Porto Diego, onde nós tivemos aí 23 chineses acompanhando a comitiva e fizeram todo esse trajeto de ônibus, demorou 05 dias, mas eles foram fazendo estudos, fazendo apresentação e a intenção deles para que no mês de julho nós já tivéssemos técnicos fazendo estudos com os Governos do Mato Grosso, com o Governo de Rondônia e com os Governos lá do Acre também, no Peru já está quase pronto o trabalho deles. Então, eles estão dispostos aí nesses

que de 05 a 07 anos essa ferrovia fique pronta, pois não é porque talvez eles gostem de nós, é porque eles estão precisando de alimentação, viu, Deputado Lebrão, a coisa é diferente, agora eles que precisam de nós.

Então, a gente acredita muito nesses projetos, é um projeto de mais de quarenta bilhões de dólares que nós brasileiros estamos acostumados a ter início os projetos e não ter fim. Mas, como há interesse desses chineses, da República da China, que venham, que precisam de alimentação, que precisam de comida lá para sustentar aquela multidão de gente, mais de um bilhão e meio de pessoas, então eles já estão prevendo para mais 20 anos esse projeto. Então, eles estiveram aí, andaram de Porto Velho a Ji-Paraná, foram a Vilhena, foram a Comodoro, estiveram em Sapezal e foram até Cárceres, sendo recebidos pelo Ministro do Transportes. Então, para nós Rondônia isso é uma notícia assim muito boa e que o nosso Estado, nesses próximos 10 anos, a agricultura no avanço que está, nós teremos um Estado, podem ter certeza, meus senhores aí que também estão na plateia, que o nosso Estado será um Estado maravilhoso, já é um Estado bom, mas cada vez crescendo mais, é um Estado que nós teremos orgulho de morar nele.

Então, a minha comunicação é esta, parabeneizei já o nosso Deputado Saulo, parabéns aí, só queria saber da festa onde vai ser mais tarde.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado aí, Deputado Aírton Gurgacz pelo seu discurso, um assunto tão importante realmente sendo debatido que é a construção da ferrovia transoceânica. Eu quero registrar a presença do meu amigo da comunicação, o Zé Geovane, da Rádio Verde Amazônia, seja bem-vindo, grande homem da comunicação, um exemplo da Rádio Comunitária no Estado de Rondônia, eu cito como exemplo sempre a Verde Amazônia pela organização ali daquela Associação de Rádio Comunitário. Muito obrigado aí e parabéns.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Adelino Follador, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, Senhores Deputados aqui presentes, pessoal aqui presente, cumprimentar aqui o Zé Geovane também lá de Ariquemes, da Verde Amazônia, também o Marcelo, o Secretário de Administração da Prefeitura de Ariquemes, para nós é um prazer muito grande aqui. Também o Paulo Benito, companheiro nosso sempre acompanhando muitos programas interesses para a população de Rondônia.

Eu quero aproveitar esta tribuna e com certeza parabenizar o Deputado Aírton que falou aqui sobre a nova rodovia e com certeza, se sair vai ser uma grande obra para o Brasil e para Rondônia, mas com certeza ainda bem que eles vão construir, se eles mandassem dinheiro para o Brasil, eu não confiaria não, mandasse o dinheiro para o brasileiro construir, podia ser mais uma obra parada. Mas eu acho que eles precisam, têm interesse, embora essa conversa já seja antiga, isso é um projeto antigo e agora parece que a coisa esta andando. Então, com certeza, vai ser uma obra, se sair,

de muita importância e nós vamos deixar de ser fim de linha, nós vamos ser com certeza o centro do Brasil, onde pode ir para o Pacífico e nós aqui estamos no meio, tanto para baixo como para cima vão ter acesso ao Brasil todo, a todos os produtos que a gente produz e que também os outros produzem, e podem vir para cá. Mas eu quero também aproveitar este momento, essa semana passada eu sei que muitos Deputados viajaram no Encontro da UNALE e nós ficamos aqui no Estado de Rondônia. E eu aproveitei para fazer uma visita e andar nos municípios da grande região de Ariquemes, do Vale do Jamari e também em Jaru, Ariquemes e nós vimos e temos infelizmente que dizer o caos que está acontecendo no DER. Hoje em Ariquemes e também Jaru não tem um ônibus para levar os funcionários para o mato porque está quebrado, não tem uma melosa para trabalhar. Ariquemes tem 3 pipas, os 3 estão parados, tem 5 patrol, tem 3 funcionando, uma precária, duas praticamente funcionando. Jaru também esta com 2 ou 3 patrol, de 7 que tem e nós estamos preocupados, porque é o momento de recuperar a estrada agora, Deputado Ezequiel, e aí nós vemos que desde novembro não se compra mais nada no DER. Não se compra um filtro, não se compra um detergente, não se compra papel higiênico, não se compra nada! O pessoal, eu já fui residente do DER e eu sei o quanto é difícil isso, ter a pressão de toda a população, das pessoas, todo mundo cria uma expectativa, Deputado Edson, que agora é o momento de recuperar as estradas, todo mundo cobra, Deputado Alex, e nada acontece.

Então, nós estamos muito preocupados e ontem teve mais uma reunião em Ji-Paraná dos residentes e lá foi determinado, não pelo DER, pela SUGESPE, quer seja escolhido 5 equipamentos para arrumar, tem 20, 22 equipamentos parados em média, vamos escolher 5 e vão arrumar 5 para trabalhar. Como que vai trabalhar se você não tem caminhão pipa? Você tem que ter a patrol, você tem que ter o carro para abastecer, você tem que ter a carreta para transportar as máquinas, um depende do outro. Não tem como você pegar 5 equipamentos e fazer o quê? Hoje a malha viária do Estado é muito grande e nós estamos preocupados e já viemos conversando desde dezembro, aí novembro, janeiro, fevereiro voltamos lá no DER conversamos com o Diretor Geral: “Não, estamos licitando, vai sair autorização do cartão”. Aí quem ganhou o cartão, pelo que me informaram é uma empresa falida, já sabia que era falida por que deixou ganhar? Agora não, a última vez que eu estive lá, vamos fazer um contrato de emergência, vamos comprar urgentemente, aí cada residente vai lá e tira uma foto do filtro que esta quebrado e passa para nós, que nós vamos comprar. Aí tem que pedir autorização da SUGESPE. Quando o Deputado Lebrão era para assumir lá, não assumiu porque era autarquia, porque se deixasse de ser autarquia então prejudicaria o desenvolvimento do DER, e aí não tem que deixar autarquia, mas agora tem um decreto do Governador passando, vinculando o DER também com a SUGESPE, então não adiantou nada.

Então, se fosse assim poderia ter mudado para Secretaria e ter assumido. Então, nos preocupa muito e eu liguei semana passada e o Coronel estava viajando, o Coronel Caetano, falei com o Adjunto: – Ah! Mas eu assumi esses dias, eu não sei. “Ah! Não posso fazer nada porque assumi esses dias”. O Coronel Caetano também fala que assumiu mês

passado. E nós estamos vendo, e eu quero deixar aqui registrado dizendo o seguinte, que daqui a 2, a 3 meses todo mundo sabe que vai começar a chover, todo mundo sabe. Então, não adianta vir aqui daqui a 2 meses, 3 meses: *Ah! Nós iríamos fazer, mas começou a chover.*

Então, eu gostaria, estou muito preocupado e gostaria de deixar aqui registrado que Coronel Caetano é muito meu amigo, conheço-o há muitos anos, mas pegou um abacaxi e nessas alturas tem que descascar, tem que resolver. E eu faço um apelo ao Governador, se ele não souber, se ele não sabe, e eu tentei falar com ele, mas tem um povo ao redor do Governador que blinda ele para não ficar sabendo dessas coisas. E eu quero mandar um recado através da imprensa, já que eu não consegui mandar pessoalmente, porque já falei com todas as pessoas que cercam o Governador, que precisa fazer alguma coisa urgente sobre a malha viária do Estado, não vamos ter condições de concluir ela neste ano. Então, eu quero aqui colocar, dizer que Colina Verde e até Cacaulândia, o pessoal fez uma vaquinha e ia entrar ontem para começar a patrolar, inclusive pagando uma patrol particular porque não dá mais para andar e nós estamos preocupados com essa situação.

O SR. ALEX REDANO – Deputado, concede-me um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Na realidade, não tem aparte, se o Presidente permitir?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Uma Questão de Ordem sim, Deputado.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Presidente. Antes do aparte, eu gostaria, com a sua licença, Deputado Adelino, cumprimentar os nossos amigos no Plenário, empresário Ivan da Vanvera, Nilson Japonês, empresário Medusa, está aqui o Zé Geovane, faz um excelente trabalho em Ariquemes e, Deputado Adelino, lhe parabeno, eu confesso que até fiz algumas anotações sobre esse mesmo tema, nós estamos cobrando das Residências, mas não adianta nós cobrarmos, Deputado Luizinho, das Residências se eles não têm estrutura. Eu fiz alguns compromissos na região de Três Coqueiros, região de Campo Novo, região de Buritis; e eu vejo a boa vontade do Residente Amarildo, uma pessoa prestativa, mas precisa ter estrutura e o que está acontecendo, Deputado Adelino, é essa centralização do Governo, os Secretários precisam ter mais autonomia porque tudo que precisa depende da SUGESPE.

Então, hoje a SUGESPE é uma super Secretaria que abraçou todo o Governo e não dá conta, as coisas não funcionam assim, as Secretarias têm que ter autonomia para poder funcionar. Então, eu parabeno V.Ex^a por esse pronunciamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero então só deixar aqui registrado e dizer que Buritis, Machadinho, Ariquemes, Jaru, a região toda, e pelo que eu me informei o restante do Estado está todo na situação, e a preocupação é essa que Ji-Paraná ontem veio falar para recuperar cinco equipamentos e o resto ficar tudo parado. Ontem, eu soube que esteve lá em Jaru também o Promotor Público, já notificou o DER em dez dias para dar uma resposta porque aquele maquinário está todo parado, espero que faça visita nas outras Residências que vai

acontecer a mesma coisa. Nós não podemos deixar isso acontecer, porque nós, Deputados, vamos ser cobrados agora durante a seca e principalmente na hora que começar a chover e não forem arrumadas as estradas e vai ficar intransitável. Então, para mim, quero deixar registrado esse fato que é muito preocupante essa situação do DER no Estado de Rondônia. Ainda eu acredito no Coronel Caetano, mas precisa que ele tenha liberdade para nós cobrarmos dele uma ação mais firme em cima do DER. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Uma Questão de Ordem, Deputado Follador. Quando eu vejo V. Ex^a falando do DER, eu também já trabalhei no DER, a grande maioria dos Deputados é conhecedora e eu vejo com preocupação essa questão, e hoje pela manhã, Deputada Rosângela, Deputado Airton, eu estive juntamente com o diretor do DER e o problema grave que se tem hoje é a questão da manutenção, é fato. O problema que tem hoje é autonomia desse setor, que é o de reparos, de manutenção, não está mais com o DER, mas sim com a SUGESPE...

O SR. ADELINO FOLLADOR – É isso que nós estamos já denunciando aqui, vários Deputados já...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E eu entendo, Deputados, que realmente não pode ficar, por quê? Porque não tem como uma pessoa estar ali sendo o motorista do caminhão, mas sendo guiado por outro, não dá, o motorista tem que ser o que guia também.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Principalmente o DER que é uma autarquia, tem que ter liberdade para agir e principalmente pelo período que agora é necessário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – E a justificativa que tem era exatamente do controle, mas eu até dei uma sugestão, que se montaria um almoxarifado central em Ji-Paraná e lá teria ali três, quatro, cinco carros de apoio para os mecânicos e quando é um filtro, alguma coisa dessas máquinas caras, de primeira linha, então essa equipe sairia de Ji-Paraná, em qualquer lugar do Estado, leva essa peça de manutenção e traz a peça velha, esse é um controle.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Luizinho, só para concluir, não é esse o problema, hoje eu já falei e vou repetir, Ariquemes deve ter umas vinte e cinco a vinte e oito máquinas paradas, não foi feita a revisão, não foi feito nada, então precisa comprar as peças, tem mecânico, é só comprar as peças e mandar arrumar o mais rápido possível. Lá em Jaru também, uma equipe só de Ji-Paraná para andar no Estado todo não vai dar conta, não. Eu concordo, depois que recuperar essas máquinas, para dar manutenção, eu concordo, mas no momento tem que arrumar um jeito de comprar essas peças, botar os mecânicos que tem lá no DER parados, porque não tem dinheiro para comprar peças e eles fazerem o serviço o mais rápido possível, depois largar as máquinas para o mato. Inclusive se o Ministério do Trabalho for lá ele não deixa mais nenhum dia uma pessoa ir para o mato, porque não pode ir em cima de caminhão, os ônibus estão todos quebrados, todos parados,

pelo menos todas as Residências que eu liguei, então não tem a melosa para abastecer, então não tem controle do combustível, vai ter que levar em galão, então está tudo sucateado, três pipas em Ariquemes, os três estão parados. Então, eu quero deixar aqui, agora era para ter um cartão, precisa ter um crédito para que os mecânicos vão buscar essas peças e possa colocar as máquinas para trabalhar.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu daria uma sugestão, Deputado Follador, que a gente reunisse uns cinco Deputados e a gente ter uma conversa com o Governador e passar essa situação para o Governador com as sugestões de solução que a gente tem dentro do entendimento que a gente tem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Vou encerrar aqui porque o meu tempo já terminou. Desculpe, vou pedir desculpas ao Presidente, se o Presidente permitiu esse aparte, eu acho que é um assunto muito importante, um assunto que eu acho que não podemos deixar para depois.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero só lhe parabenizar, Deputado Adelino, que realmente o assunto é muito importante, eu acho que isso é uma coisa que nós temos que tratar urgente. Eu estive hoje conversando com a Vereadora Rosa, o Beto, companheiro também, eles cobrando lá de Colina Verde e diz que em Jaru as máquinas não estão realmente funcionando, estão sem manutenção as patrol, os Deputados vão ser muito cobrados, difícil para gente, por onde a gente passar no Estado a cobrança vai ser muito grande, parou a chuva, choveu, a chuva estendeu um pouco o período chuvoso e para a chuva precisa realmente urgente começar a recuperação das máquinas.

Eu acho que o Deputado Luizinho deu a sugestão, Deputado Adelino, nós podemos fazer uma comissão e de repente, se é falta de recursos, ver onde podemos cortar e até suplementar no orçamento do DER para que a gente possa realmente dar uma solução urgente para a questão da manutenção das máquinas e o começo da recuperação das estradas. Inclusive, Deputado Adelino, algumas pessoas me procuraram esses dias, a empresa que administra o cartão corporativo parece que é uma empresa de Manaus, não me lembro o nome aqui agora, parece que não repassou para algumas empresas que fornecem o combustível e uma pendência também que tem, que é uma dívida que tem que ser reconhecida, e tem mais esse inconveniente. Então, nós sabemos que o DER está, o Coronel Caetano está tendo dificuldade em administrar a situação do DER no momento, mas nós temos que realmente achar uma saída.

Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Inclusive eu quero dizer que inclusive depois que deu problema com o cartão, há um mês e meio, foi prometido que ia fazer uma compra de emergência e nem essa compra de emergência saiu. Então, é isso que nos preocupa muito. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Ainda nas Breves Comunicações, eu concedo a palavra ao nobre vice-Presidente do Parlamento Amazônico Léo

Moraes. Para quem não sabe, Léo Moraes foi constituído vice-Presidente do Parlamento Amazônico nessa viagem lá a Vitória, no Encontro da UNALE. Com a palavra o Deputado Léo Moraes, por cinco minutos, sem aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente. Só cumprimentar aqui a nossa Vereadora do município de Alvorada do Oeste, Vereadora Nelci Verdan, sua família, sua nora, seus filhos Emerson e o Nilzete, em nome da Vereadora Nelci Verdan agradecer aqui a esta Casa, o Plenário desta Casa que votou aqui por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento do nosso já saudoso amigo e ex-Vereador de Alvorada e seu esposo, Elizeu Verdan. Seja bem-vinda a esta Casa, Vereadora.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente em exercício, Edson Martins, gostaria de saudá-lo, cumprimentá-lo e agradecer pelas homenagens, haja vista que estávamos em uma grande bancada em um evento que ocorreu em Vitória, da UNALE, União Nacional do Legislativo e dos Legisladores, e foi muito importante marcarmos esse espaço, o território, representando o Estado de Rondônia. Eu fico muito grato justamente pela confiança depositada em relação a todos os Deputados que lá estavam.

Gostaria de saudar a todos os Deputados Estaduais, em nome de um amigo particular que eu conheci aqui na Assembleia, mas que posso dizer que desfruto de sua amizade, que é o Deputado Dr. Neidson, gosto muito dele, e representa a *Pérola do Mamoré* e nós devemos assim sempre o total e irrestrito apoio a esse Município que é tão importante no cenário estadual. Gostaria de saudar e cumprimentar e desejar ótima tarde a todos que aqui estão nessa galeria, importante a participação maciça da população para que saibam o que vem acontecendo e o que nós estamos discutindo aqui na Assembleia, e faço isso em nome do ex-Vereador Porfírio, aqui da Capital de Porto Velho, foi Vereador comigo na Câmara Municipal nesta atual legislatura, isto é, nos dois últimos anos que passamos lá na Câmara Municipal de Porto Velho.

Pois bem, eu queria e gostaria muito de falar sobre um evento que aconteceu e o que acarretou aqui em Porto Velho, que foi em relação aos eventos culturais, aos shows que eu vi que está maciçamente estampado nas redes sociais e também nos sites de Porto Velho. Digo isso em relação à preocupação à malversação do dinheiro público, ao uso de forma desrespeitosa em relação ao erário público. Li e não sou mais Vereador, mas li que foi instaurada uma CPI, uma Comissão Processante, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara para averiguar como foi aplicado esse dinheiro. E também vi muitos outros defendendo a atividade, a ação cultural do Município de Porto Velho.

Nós vamos falar de evento cultural. Eu sou um total, ferrenho, intransigente defensor das manifestações culturais, populares, desde que tenham respeito integral ao erário e, principalmente, a contar no Município de Porto Velho, que vem passando por momento tortuoso, um momento dificultoso, onde nós não temos um mínimo de infraestrutura seja em qual rua e seja em qual bairro for. Então, rogo aqui a toda Câmara Municipal que faça sim o seu trabalho, que estão legitimados para isso, estão investidos no mandato para fazer a parte boa

e a parte ruim. Que se tiver que cortar na carne, que corte na carne, Deputado Aírton, porque nós devemos saber se esse dinheiro foi bem aplicado, parece que dois milhões de reais, me parece que foi o show do Cidade Negra, show do Alceu Valença, importantíssimo, representa a cultura popular brasileira, Deputado Aírton, mas que veja bem se esse dinheiro foi bem aplicado, porque é muito dinheiro para quem não tem Escola Municipal, para quem não tem Posto de Saúde, para quem não consegue sequer inaugurar as Unidades Básicas de Saúde, para quem está sem Posto Policial, que é incumbência também do Governo do Estado.

Então, faça o seu papel, e eu faço aqui votos de muito sucesso nessa Comissão Parlamentar de Inquérito por parte da Câmara Municipal. Vi que muitos falaram em relação ao papel que essa Câmara tem, a moral que ela tem para exigir esses dados e esses elementos financeiros. Pois bem, quando lá estive, eu posso falar com muita propriedade e conhecimento de causa que entrei com o pedido de CPI do Transporte Público e ele foi devidamente engavetado, infelizmente sequer fiz parte, nunca existiu isso. Toda vez que nós temos um proponente, Deputado Dr. Neidson, o nosso Regimento da Assembleia também fala isso, o proponente automaticamente faz parte da CPI. Lá, lógico que nos tiraram de pronto, de plano. Também fizemos isso em relação ao lixo, mais uma vez de plano nos tiraram da CPI. Fui relator da Comissão Processante, a qual pediu a punição rigorosa, inclusive com cassação de três Vereadores. É ruim fazer? É horrível! Mas é o nosso papel, é nossa prerrogativa, e nós não podemos o quê? Ser tão perdulários e ser tão submissos e capitular como as pessoas estão fazendo ultimamente, então fizemos também desta feita.

Gostaria de também fazer o registro, talvez na próxima fala, em relação à segurança pública. Se você fizer uma pesquisa com Porto Velho toda, Deputado Jesuíno que tem seu domicílio eleitoral aqui na Capital, que é oriundo das fileiras da Polícia Militar, sabe que se fizer uma pesquisa em cima do tripé: educação, saúde e segurança, infelizmente a principal reivindicação é segurança, é segurança. Hoje, vocês que moram aqui sabem disso, nós temos toque de recolher na Zona Leste, no Ulisses Guimarães ninguém mais sai depois das oito da noite. Quem tem seu comércio tem que almoçar no próprio comércio, porque eles são assaltados dezenas de vezes ao mês. E nós temos que dar um basta. E como se dá um basta? Com políticas eficientes, com capacidade gerencial, com planejamento, mas com efetivo. Nós temos concursos em aberto que eles não foram efetivados, nós temos aprovados que não foram convocados. E nós precisamos diminuir essa Folha, enxugar a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite prudencial que tanto se alardeia aos quatro cantos do Estado. A Segurança Pública se tornou, talvez, o maior dos problemas do Estado de Rondônia. E fica aqui essa mensagem, que o Governo do Estado de Rondônia tome outra postura, ou ele só vai tomar quando um filho de classe média, classe média alta, residente no centro da cidade, tomar um tiro na cabeça? Porque isso já está acontecendo nos bairros. A gente vai para o Caladinho, vai para a Cidade Nova, na Zona Sul, vai para a Zona Leste, para o Marcos Freire, Ulisses Guimarães, não é diferente, são pessoas assaltadas constantemente. São pessoas assassinadas, e por pouca coisa.

Então, antes até de passar a palavra aqui para o Deputado Luizinho, gostaria, na condição de chefe do Executivo,

Líder do Governo na Assembleia Legislativa, que repassasse essa mensagem para o Governo do Estado de Rondônia. Marquei inclusive uma audiência com o Governador do Estado, espero ser atendido, para que possa falar pessoalmente, olhando nos olhos, e saber se de fato vai tomar uma medida enérgica de convocar os aprovados que nada mais querem do que é seu por direito, afinal foram aprovados no concurso público do Estado de Rondônia e não estão vivendo de favor.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Permita-me um aparte, Deputado Léo.

O SR. LÉO MORAES – Pois não, Deputado Luizinho

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado por essa Questão de Ordem, Deputado Léo. Só dizer que começa em Porto Velho e para lá em Vilhena. Assim também nós já tivemos 21 homicídios neste ano na cidade de Vilhena, nós tivemos mais 10 tentativas de homicídios, esfaqueados, baleados, e estaremos realizando uma Audiência Pública na próxima sexta-feira, às 15 horas, em Vilhena, e gostaria de convidar Vossas Excelências e todos os Deputados e Deputadas para também nos acompanharem ao Município de Vilhena, onde se tem o compromisso de estar presente o Secretário de Segurança Pública, membros dos Poderes constituídos, e que com certeza sua presença vai nos ajudar muito, até por ser conhecedor desse setor da Segurança Pública, ter o pai como Delegado, como Deputado, Vossa Excelência também do seio dessa família Moraes e que com certeza gostaríamos muito de receber Vossa Excelência na cidade de Vilhena na próxima sexta-feira.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado, Deputado Luizinho Goebel, pelo convite, infelizmente não me farei presente porque sou proponente de uma Audiência Pública para debater reforma política e nós teremos a presença de dois doutores, um da UNICAMP e outro da USP para falar acerca dos reflexos que essa reforma mequetrefe que foi aprovada no Congresso Nacional, precisamos saber o que de fato vai acontecer no cenário nacional, discutimos, sim, uma Reforma Política profunda, que falasse a respeito do voto distrital ou do sistema distrital misto, que falasse do financiamento público eleitoral, do financiamento privado e não foi isso que foi feito, nada foi abordado, a não ser a permanência e a promiscuidade dos partidos nanicos, infelizmente, afinal todos vão continuar lá no Congresso Nacional, desde que tenha um Parlamentar, e isso não é tarefa das mais difíceis para quem tem o interesse em ter o fundo de participação, fundo de participação não, minto, o fundo partidário a seu bel prazer.

Gostaria de agradecer e falar, Deputado Luizinho, nós temos aqui na Zona Leste a Escola Pingo de Gente, a diretora acabou de abrir mão da direção, foi para casa, foi para casa por conta do medo, do receio de ser assaltada, violentada e, por que não dizer, estuprada, como ela mesma falou. Escola Jorge Teixeira, no Bairro Ulisses Guimarães, acabou, não tem mais EJA, os nossos jovens e adultos não podem mais estudar no período da noite porque a direção também proibiu que a escola fique e permaneça aberta no período da noite. Então, a situação é drástica, é caótica e exigimos que o Governo do Estado de Rondônia tome uma medida enérgica a fim de

solucionar esses problemas. Muito obrigado e que vocês também todos saibam que nós fizemos uma Audiência Pública aqui para debater a questão da Segurança Pública, tivemos a procuração de vários colegas no sentido de criar uma Lei, uma Lei com efetivo mínimo de policial militar, policial civil e bombeiro, isto é, como existe no Estado de Alagoas, não importa se tem Lei de Responsabilidade Fiscal, se adequa, lá em Alagoas, Deputado Airton Gurgacz, lá tem um efetivo mínimo de acordo com o consciente, de acordo com a equação da ONU, da Organização das Nações Unidas, que prevê um efetivo mínimo.

Então, a gente não vai discutir politicalha, a gente não vai depender de audiências, a gente não vai precisar de conversas com o Executivo, vai ter o efetivo mínimo de polícia militar, polícia civil e bombeiros e sei que certamente nós teremos hipotecado o apoio de todos os colegas Deputados para fazer esse marco regulamentador da segurança pública no Estado de Rondônia, esse divisor de águas e assim conto com o apoio de todos vocês.

Muito obrigado.

(Às 16 horas e 12 minutos o Sr. Edson Martins passa a presidência para o Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ainda com a palavra o Deputado Ezequiel Júnior, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só, Deputado Ezequiel, parabenizar aqui o Deputado Léo que se elegeu na última reunião da UNALE Vice-Presidente da Amazônia, um trabalho árduo que foi feito junto aos Deputados do Amazonas para essa eleição importante, o Deputado Léo, o Deputado Jean Oliveira também que está na Diretoria do Parlamento Amazônico, o Deputado Dr. Neidson, que faz parte da Diretoria da UNALE; Deputado Jesuíno Boabaid, que também faz parte da Diretoria da UNALE; nós que também fazemos parte e o Deputado Cleiton Roque.

Então, Rondônia ficou bem representada aí com o apoio dos demais colegas que estavam lá, o Deputado Só Na Bença, o Deputado Edson e tantos outros que apoiaram essas indicações à direção da UNALE.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome aqui do Deputado Léo Moraes, como já foi falado aqui, entre centenas de Deputados aqui da Amazônia foi eleito democraticamente como o Vice-Presidente do Parlamento Amazônico durante o Congresso da UNALE, é a nossa voz no Parlamento Amazônico.

Parabéns, Deputado Léo Moraes e aos demais Deputados que compõem também a direção da UNALE.

Quero aqui saudar também nesta tarde o Prefeito Nilson Japonês, que é Prefeito do Município de Vale do Anari, lá na nossa região, cumprimentar toda a nossa seleta plateia.

Uso a Tribuna nesta tarde para fazer um convite para quem nos assistir pela TV ALE, pela TV Assembleia, para os

nossos Deputados Estaduais, para a nossa plateia aqui presente participar neste sábado, sábado agora, a partir das 09 horas, do 7º Encontro dos Diretórios Estaduais da Região Norte do Brasil. Encontro, portanto, dos Diretórios Regionais do nosso Partido PSDC, e este ano esse encontro acontece aqui no Município de Porto Velho.

Então, em nome do nosso Presidente Regional, Edgar do Boi, quero convidar a todos que estão nos assistindo neste momento e que aqui estão presentes a prestigiarem este Encontro da Região Norte dos Diretórios Estaduais do PSDC, neste sábado agora, a partir das 09 horas, no Hotel ECO, ali na Rua Paulo Leal, 611, no centro. Vai ser um encontro importante com a ilustre presença também do ex-Deputado Federal Constituinte, Deputado José Maria Eymael. O Eymael vai estar conosco aqui nesse encontro e eu quero convidar a todos a ser fazerem presentes.

Era o que eu tinha para a data de hoje. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Maurão, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que possa trocar a nossa Bandeira do Brasil, aqui em frente à Assembleia, que está um pouco deteriorada, para dar um brilho maior aqui à nossa Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Estarei acatando o vosso pedido, Deputado. Ainda hoje vou pedir a nossa Assessoria que troque a Bandeira e coloque a Bandeira nova lá para abrilhantar esta Casa, a seu pedido.

Ainda com a palavra o Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Sr. Presidente, Deputado Maurão, em nome do qual eu quero cumprimentar todos os Deputados presentes e Deputadas, a imprensa, público, as pessoas, amigos que estão acompanhando os trabalhos desta Casa aqui no Plenário. Cumprimentar o Prefeito Nilson Japonês, cumprimentar toda a imprensa, em nome do Adair Calado, que está ali, nosso amigo. E dizer, Presidente, eu quero parabenizar também o Deputado Léo Moraes, que fez aqui um discurso importante, o Deputado Léo Moraes e os demais, mas principalmente o Deputado Léo que foi eleito 1º Vice-Presidente do Parlamento Amazônico.

Eu posso dizer, Presidente, no Encontro, Deputado Ezequiel, estavam lá o Deputado Ezequiel, Deputado Cleiton, Deputado Alex, Deputado Jesuíno, Deputado Léo, vários, Deputado Laerte que está aqui presente, e muito proveitoso, palestras importantes, temas debatidos em nível de país, em nível de Assembleias Legislativas. E ali, Presidente, nos debates eu pude perceber, hoje, o quanto Rondônia, o quanto a Amazônia têm sido citados em todos os debates, hoje, em nível nacional. Todos os palestrantes, o Deputado Só Na Bença que também estava ali presente, quando discutiam, citavam Rondônia, citavam Amazônia, citavam as usinas, nossas riquezas naturais, nossas águas, nossa preservação. A Amazônia, hoje, com sua preservação ambiental das suas florestas, produzindo oxigênio para todo o mundo.

Então, eu gostaria de dizer da importância, hoje, que a gente vê que tem sido voltada a atenção para a Amazônia. E quando fala da Amazônia, por que não dizer que Rondônia é o coração da Amazônia? Rondônia, por suas terras de ótima qualidade, apesar das diferenças regionais, pecuária, agricultura, minério, madeira, um Estado rico, e também na questão das usinas. Ali, quando foi citada a Usina de Jirau, a Usina de Santo Antônio, a futura Usina do Ribeirão e também a Usina de Tabajara, que tão logo será construída. Parabenizar o Deputado Ezequiel, Deputado que tem me surpreendendo, Deputado Ezequiel, a cada dia com a sua atuação, muito conhecimento, pessoa extremamente correta e séria. Quando o Deputado Ezequiel teve a esperteza, na hora, de pegar uma entrevista do Ministro de Minas e Energia, que é o Ministro Eduardo Campos, ex-governador do Rio de Janeiro, uma pessoa que fez ali uma explanação sobre o setor energético no país, e por muitas vezes citou Rondônia, como hoje...

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Edson, só cumprimentar aqui o nosso Presidente da Câmara de Alvorada, Vereador Cícero. Nosso Ministro Eduardo Braga, o Eduardo Campos já foi para o Céu.

O SR. EDSON MARTINS – Eduardo Braga, que é do meu Partido, estou trocando o Eduardo Campos, que também tem o Eduardo Campos, pelo Eduardo Braga. Mas bem lembrado pelo nobre companheiro Deputado Laerte, e aí, na entrevista, quando o Ministro de Minas e Energia citava a visita dele a Rondônia, breve, e também ele falava do início dessas usinas para o próximo ano, que eu tive até a honra de ser o cinegrafista da entrevista, quando o Deputado Ezequiel entrevistava o Ministro Eduardo Braga, eu fiz o papel de cinegrafista para aproveitar bem a imagem do nosso nobre Deputado Ezequiel Junior, que é de Machadinho, onde vai ser feita essa Audiência Pública, Deputado Ezequiel, e com certeza Vossa Excelência, que é o proponente dessa Audiência, teria que ter realmente todos os méritos também ali nessa Audiência Pública. E eu fico feliz que o Ministro, com todas as letras diz que essa usina será iniciada a semana que vem.

O Sr. Ezequiel Junior – Um aparte, Deputado?

O SR. EDSON MARTINS - Não tem aparte, Deputado, mas eu vou ceder uma Questão de Ordem. O Presidente, eu tenho certeza que vai ceder Questão de Ordem para o Deputado Ezequiel.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedo a Questão de Ordem.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Deputado Edson, inclusive eu quero agradecer a Vossa Excelência pelo apoio. O Ministro Eduardo Braga estava ministrando uma palestra, falando sobre os projetos na área de energia para o nosso Estado, para o Brasil, melhor dizendo, e eu tive a ideia, sabendo que o Ministro está ao par desse projeto de construção da Usina Tabajara, lá em Machadinho, eu convoquei uma Audiência Pública para sexta-feira, dia 26 de junho, então, antes de terminar a palestra nós fomos lá para o camarim, onde o Ministro ia ficar depois da

palestra, e fizemos essa breve entrevista com ele, onde ele fala sobre a realização do leilão e o início das obras. E essa entrevista eu vou colocá-la durante a Audiência Pública, no telão, para o povo de Machadinho ter a palavra do Ministro e agradecer o apoio que a gente, de improviso ali, o senhor teve a ideia de segurar a nossa câmera para a gente registrar esse momento importante para o povo de Machadinho, que é a palavra do Ministro.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS – Mais uma vez, parabéns, Deputado Ezequiel. Vossa Excelência que teve a sabedoria de naquele momento oportuno, pegar a entrevista do Ministro Eduardo Braga para que pudesse expor ali no telão em Machadinho, para que pudesse engrandecer essa Audiência Pública.

Mas só para concluir, Presidente, eu gostaria de dizer que foi muito proveitoso esse Encontro da UNALE ali em Vitória, no Espírito Santo, no Centro de Convenções, 12 Deputados daqui do Estado de Rondônia estavam presentes, todos participaram atentamente e vários assessores, eu vejo ali o Jacó, o Manvailer que está por aqui, a Jane e muitos outros assessores que acompanharam todos os trabalhos, as palestras, oficina de trabalho, de debate que foi realmente o que aconteceu ali naquele Encontro.

Então, dizer que está de parabéns, eu acho que os Deputados que participaram, todos voltaram felizes porque realmente, muito bem lembrado, muito bem citadas Rondônia e a Amazônia e a gente hoje vê que realmente esse reconhecimento, eu acho que é o momento oportuno de nós estarmos buscando também apoio para o nosso Estado, apoio para a nossa região amazônica, porque já que o mundo, que o Brasil tem interesse em Rondônia, tem interesse na construção das hidrelétricas, que às vezes ficam aqui só os impactos ambientais, os danos causados pelas usinas, nós precisamos também exigir uma contrapartida para o nosso Estado, para a Amazônia de um modo geral, que é composta de Estados novos e que precisam realmente arrecadar e muitos deles às vezes até impedidos para expandir o seu setor principal, que é a agricultura, por questão ambiental, que venha realmente a compensação, a contrapartida do Governo Federal e do mundo daqueles que têm realmente interesse na Amazônia.

Essas eram as minhas considerações nesta tarde, Senhor Presidente, meu muito obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Com a palavra o Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente Maurão, saudar aqui todos os nossos companheiros Deputados, os servidores da Casa, a imprensa, a população que está presente aqui na galeria prestigiando a Sessão.

Deputado Maurão, eu estou vindo à tribuna hoje, Presidente, para falar mais uma vez do assunto que eu pensei que tinha sido resolvido. O DETRAN vem brincando, vem abusando da boa vontade da Assembleia Legislativa e do povo deste Estado. Foi denunciado aqui o esquema, aquele esquema daquele tal de Abel, onde monopolizava todo o sistema de placas aqui no Estado, eles mandaram uma Lei aqui para a Assembleia, nós aprovamos, depois, através de reclamações de vários

cidadãos deste Estado, nós, Deputado Maurão, revogamos a Lei. A partir do momento que nós revogamos a Lei, é lógico que o DETRAN tem toda autonomia de baixar as suas portarias, mas ele para baixar uma portaria, ele tem de baixar portaria atendendo alguns princípios, principalmente nessa situação de concessão, a questão da transparência, a questão da livre concorrência. Mas não, fizeram uma portaria que parece aquelas coisas, eu assistindo uma minissérie esses dias do Chefão da Cocaína lá da Colômbia, do Pablo Escobar, parece um grupo de criminosos que baixou aquela portaria.

O SR. EDSON MARTINS – Uma Questão de Ordem, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS – Deputado Hermínio, eu só queria lhe parabenizar, Vossa Excelência que foi desde o início o proponente da Lei, a Lei que foi revogada, que regulamentava a questão das fabricações de placas. Hoje esteve também no meu gabinete, provavelmente esteve com Vossa Excelência, alguns donos de fábricas de placas no Estado de Rondônia, que quando eles realmente questionam dessa situação, foi regulamentada até por falta da Lei no DETRAN, onde novamente o monopólio aí da fabricação de placa com uma única pessoa, e até me mostraram vários municípios onde uma guia de recolhimento com o mesmo nome da mesma empresa. Então, realmente Vossa Excelência tem razão quando traz a esta tribuna uma denúncia como essa, porque isso aí, com certeza, está tirando o direito de um pai de família trabalhar e produzir as suas placas e também repassar para os proprietários de veículo, Deputado Hermínio, com preço mais justo.

Então, eu até gostaria, se Vossa Excelência quiser puxar novamente à frente, nós construímos novamente a Lei, regulamentar através de Lei essa questão de placa para que esses decretos que estão sendo editados pelo DETRAN não viessem realmente a prejudicar pessoas, nesse caso os fabricantes de placas. Então, eu quero parabenizar e me colocar também como companheiro nessa situação para que a gente possa realmente defender o interesse do povo do Estado de Rondônia. Mato Grosso parece que tem até uma situação que dá para seguir como exemplo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mato Grosso, por exemplo, como era aqui, eles mudaram e agora o trem lá está funcionando. O que ocorre? Nós sabemos que se o DETRAN fizer essas portarias e observasse todas essas questões onde visassem o melhor atendimento, o melhor preço para o cidadão, jamais a Assembleia ia se meter no trabalho do DETRAN. Mas o que eu quero dizer, Deputado Edson, é o seguinte: essa portaria que está aqui, eu já propus para o nosso Manvailer aqui, nosso técnico legislativo, nosso chefe aqui do Setor Legislativo aqui, para ele já fazer uma Lei agora, nós revogando esse Decreto, nós vamos revogar, prepara aí, daqui a pouco, Presidente, peço apoio de todos os Deputados onde nós sustando esse ato aqui, sustando, é sustar ele, ele passa a não ter efeito. Eu não conheço esse cidadão chamado José de Albuquerque Cavalcante. Esse é o quê? É o chefe do DETRAN? É o Diretor do DETRAN?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - É o diretor e é gente boa, viu?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu quero dizer para o nosso companheiro José de Albuquerque Cavalcante, que eu nem conheço, dizer para ele o seguinte: nós vamos sustar de novo e eu espero, o nosso Deputado Airton está aqui, eu já falei para o Deputado Airton um monte de vezes: *Deputado Airton, poxa, vamos fazer um DETRAN onde respeite o Estado*. Não dá, o DETRAN não dá para continuar da forma que está. Deputado Maurão, não dá aqui para a gente ficar assim, toda semana a gente vê um absurdo, alguma medida que o DETRAN toma contra o cidadão de bem deste Estado, e a gente ficar de conversinha. Eu acho que, no mínimo, pela última vez, Sr. Albuquerque, que é o diretor do DETRAN, eu espero que o senhor faça, é fácil, é só pegar uma cópia da portaria da legislação do Mato Grosso, que antes era como você está querendo fazer hoje, o Diretor do DETRAN, só é você pegar uma cópia, se você quiser, a gente tem aqui, pode encaminhar para você, e você faz como a gente tem dito, faz de forma democrática. Eu peço, Presidente Maurão, mais uns minutos aí.

Eu peço para que todo fornecedor de placas do Estado, em cada município que queira e que se tiver um preço melhor, que o povo tenha acesso e compre onde quiser, não ser obrigado a comprar nessa empresa A. L. de Andrade. Sabe o que significa A.L de Andrade? Abel Lopes de Andrade. Mas esse Abel, nós temos um relatório, inclusive eu conversei com Daniel Pereira, e o Daniel Pereira, que é o nosso vice-Governador, está ciente disso, onde fizeram um esquemão pesado, um laranjal, um laranjal, que se existisse na prática, Deputado Adelino Follador, o laranjal que esse Abel, junto com alguns do DETRAN, fizeram, se fosse a prática realmente desse laranjal no nosso Estado, nós éramos exportadores de suco de laranja, nós íamos vender muito suco de laranja e laranja para outros países.

Meu Deputado Airton, eu sei que hoje Vossa Excelência não tem nada ligado ao DETRAN, Vossa Excelência não é mais o comandante do DETRAN, que na sua época ainda ouviam a gente, mas depois... Quando a gente era o Presidente aqui, nós fizemos várias reuniões com o DETRAN, com os prestadores de serviço do DETRAN, com os Deputados, e a gente encaminhou algumas coisas e tinha resolvido, Deputado Maurão, tinha resolvido. Aí, agora, eu não sei por que cargas águas, voltou pior, Deputado Airton, voltou pior, Deputado Airton, pode cadastrar também a empresa do Abel, as empresas dele, mas que cadastre todas do Estado. Custa cento e sessenta reais um par de placas aqui no nosso Estado, parece que o custo real de uma placa, o custo dele parece que são oito reais; oito reais. Nós temos que ter a empresinha lá de Jarú, de Vilhena, de Espigão, se ela quiser vender por cinquenta reais, por oitenta para o cidadão de Rondônia, que ela possa vender, que o cidadão tenha essa opção. E tem o agravante, Dr. Neidson, tem um agravante. Segundo informação, o DETRAN está com uma política aí de mudar todas as placas este ano dos veículos do Estado, isso tudo faz parte do plano, do planejamento dos criminosos, é muita placa, é muito dinheiro, são mais de um milhão de placas a cento e sessenta reais, quantos milhões não vai dar? Porque eles fazem isso, a gente acha que isso é uma coisinha pequenininha, mais não, é um trem grande e

que beneficia, nós vamos, se Deus quiser a gente vai conseguir sustar isso. Mas eu quero que os fornecedores de placas que não estão dentro do esquema, que vão voltar a prestar serviço para o DETRAN, baixem esses valores para o povo deste Estado, vocês têm que baixar porque também não justifica a gente ficar brigando aqui e depois vocês ficarem vendendo tudo dos mesmos valores, no mínimo um cartel, não é o monopólio, mas é um cartel, onde todos vendem do mesmo preço.

Por isso, é interessante que o de Vilhena venha, que todas as empresinhas tenham a sua liberdade de vender, porque eu estava falando com o Deputado Airton aqui e ele falou: *Deputado Hermínio, o DETRAN não compra placa*. E na verdade mesmo quem compra placa é o cidadão, é o cidadão que compra. Mas o quê que o DETRAN está fazendo? Está obrigando o cidadão comprar só desse Abel e aqui é que está errado, o DETRAN tem que colocar uma portaria, como foi feito uma portaria lá em Mato Grosso que o cidadão está livre e que cada empresinha fabricante de placa no Estado que se cadastre no DETRAN e fique apta a fornecer, a vender placa para qualquer cidadão que procure no Estado, é isso que a gente quer.

O Sr. Airton Gurgacz – Deputado, um aparte?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado Airton.

O Sr. Airton Gurgacz – Olha, a questão que o senhor está falando das placas, o ano passado já o DENATRAN, parece que vai medir, vai pedir mudança no país inteiro das placas, eu não sei quanto tempo, não posso informar agora que estou meio por fora, mas a gente pode pedir informação ao DETRAN. E a questão da fábrica de placa, tem várias fábricas de placas aí, não sei se são todas do Abel ou tem nome de laranja, não sei como que é, também a gente poderia pedir ao DETRAN uma informação, na nossa época lá era normal, dava problema a gente vinha aqui com vocês, conversava, trocava ideia, hoje eu francamente não posso falar, porque nem tenho ido ao DETRAN mais. Mas se tem uma Lei Federal aí na questão das placas, teria que também ver para quanto tempo essa troca de placa, os carros novos e as placas novas já vêm saindo com esse padrão aí de controle e também acho que não vai ser para que se troque de imediato.

Agora, teria que nós, Deputados, ou alguém daqui pedir, através da Presidência, o nome das empresas que têm fábrica de placa e aí a gente podia ver, porque tem concorrência, eu sei que tem problema de preço, um é mais caro, o outro é mais barato, até as próprias concessionárias hoje, nós autorizamos na época que fizessem, que saíssem os carros emplacados aqui na Capital, não no interior, mas na Capital tinha uma facilidade de emplacar os carros já dentro das empresas que vendiam para evitar que fossem ao DETRAN, ter problema com filas, na Capital. E agora eu até vi placa que na época as empresas cobravam, a concessionária cobrava do usuário até duzentos e sessenta reais, às vezes ela pagava cento e quarenta, cento e sessenta para as fábricas e cobrava, eu vi nota de duzentos e sessenta reais. Então, eu acho que seria isso, Deputado, que a gente teria que fazer, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Airton, eu sei, mas isso o DETRAN sabe, é lógico que o DETRAN sabe que é uma situação

nacional onde vão ser mudadas as placas, ou vai aumentar número, cor ou coisa parecida, tem que ser renovada, vai mudar o modelo da placa que existe hoje. Isso o DETRAN sabe. E quando acontece esse tipo de coisa, a gente já acha que já é tudo, já sabendo disso. Está aqui dizendo o seguinte: *“Considerando os autos do processo administrativo nº 6051/15, que trata de requerimento para tratamento isonômico de credenciamento de Fabricante de Placas e Tarjetas Primárias de identificação veicular - FPTP resolve:*

Artigo 1º - Credenciar em caráter precário e temporário, até o dia 31/12/2015, no caso o ano de 2015, o restante do ano de 2015, a empresa denominada: Fábrica de Placas e Tarjetas Primárias de Identificação Veicular, no âmbito do Estado de Rondônia abaixo relacionada; município, razão social; município de Ji-Paraná, empresa A.L de Andrade - Abel Lopes de Andrade. Sinalização e tecnologia LTDA, FPTP, CNPJ tal.

Artigo 2º - O credenciamento previsto no artigo anterior se dará a título precário e temporário podendo ser alterado/revisto pelo Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia antes do prazo previsto caso constatadas quaisquer irregularidades nos procedimentos administrativos.

Artigo 3º - O Governo no seu site oficial, orientações, tal e tal.”

No caso, só essa empresa, só a empresa do Abel, os caras nem disfarçaram o nome dele, abreviaram A.L, A abreviado é Abel, L é Lopes, abreviado também e Andrade. É como eu lhe falei, isso aqui é uma pouca vergonha, para não dizer que o ideal disso aqui, para falar a verdade, era chamar as polícias, chamar a Federal, chamar a Civil, a Militar, os guardas, enfim, chamar quem quiser que fosse do bem deste Estado para prender os elementos que fazem um trem desse.

Por isso, aqui nós vamos revogar, mas a informação que eu tenho é que o nosso diretor do DETRAN, que eu nem conheço, que é uma pessoa do bem, está em tempo ainda, nós vamos revogar, nós vamos revogar e faça as normas dentro das regras, obedecendo principalmente a esses critérios, obedecendo ao critério da livre concorrência, porque nós não podemos deixar nada que é, o Estado não pode obrigar o povo a cair só num buraco, por isso é que observe essa questão de economia, de transparência, da legalidade, que na hora que eles fizerem portaria nesse sentido, nós aqui da Assembleia, o DETRAN vai ter o nosso apoio e a gente jamais vai se meter em assuntos do DETRAN que estejam obedecendo às normas básicas da legalidade.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, Deputado?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Deputado Hermínio, parabenizar por trazer esse assunto mais uma vez à tona, que eu achei que como nós já tínhamos sustado o decreto, sustado a lei, tinha acabado com essa novela, mas com certeza é uma falta de respeito com a sociedade de Rondônia, autorizando só uma empresa e nós temos que fazer o que for possível. E o Albuquerque que eu conheço, o Albuquerque como pessoa, é uma pessoa idônea, é uma pessoa que merece todo o respeito, com certeza deve rever essa situação, inclusive, se for fazer o contrato emergencial como estão falando aí até 31 de dezembro, por que não faz com todas as empresas que já

estão trabalhando? Por que só uma empresa a tomar o serviço de todo mundo e depois acaba tomando do resto?

Então, eu quero voltar à época que nós estávamos discutindo aqui na Assembleia, houve, inclusive ele mesmo falou para o pessoal que estava circulando aqui, que estava brigando com ele, que nesta Casa só se movia com dinheiro e que como aqui ele sabia como fazia movimentar nesta Assembleia. Então, desrespeitou todos os Deputados aqui e eu desafiei aquele dia para ele mostrar quem votasse a favor dele porque tinha pegado dinheiro dele. Mas parece que ninguém votou. Então, eu acho que esta Casa tem que ser respeitada, nós tomamos uma atitude aquela vez e não adiantou, nós temos que tomar outra e exigir respeito por parte do DETRAN a esta Casa, que foi feita uma Audiência Pública, foi aberta, inclusive é a oportunidade dele vir aqui questionar, ele é Presidente de um Sindicato que é só ele, todo mundo é contra ele. Eu nunca vi um Presidente de Sindicato ser Presidente e todos os filados serem contra ele. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Pois não, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Parabenizar Vossa Excelência por trazer esse tema e uma coisa que esta Casa não pode ser conivente, não pode aceitar é quando há direcionamento e se há suspeita. Vossa Excelência está levantando o tema aqui, sou extremamente solidário a essa demanda e pode ter certeza, Deputado Hermínio, que o senhor que já tomou, empunhou essa bandeira. E o senhor pode abrir o caminho que nós vamos estar seguindo os seus passos. Porque eu entendo que o Estado, ele tem que ser democrático, e o Estado para ser democrático quem tem que ser contemplado é a maioria. E diante do que o senhor expõe nesta tarde, nesta tribuna, é que há um desejo da grande maioria ser atendida e não a minoria. E por isso eu compactuo extremamente com Vossa Excelência nessa questão, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado, Deputado Luizinho, inclusive eu citei aqui o nome do nosso Vice-Governador Daniel Pereira, que sabe do assunto, ele sabe, ele conhece bem essa história. Eu peço a interferência do nosso Vice-Governador Daniel Pereira e do próprio Governador Confúcio, porque, de qualquer maneira, o Estado, quem é o Governador do Estado é o Governador Confúcio, e pedir: *“Governador Confúcio, fala com o diretor do DETRAN para parar de fazer besteira e procurar companhias melhores, porque o Albuquerque, vocês estão dizendo que é gente boa, e eu também acho que é, vocês estão dizendo que é gente boa.* Mas o Abel que eu conheço, esse Abel é um picaretão de primeira, e quem se junta, eu mesmo já fiz muita besteira na minha vida por ter me juntado com gente ruim. A gente se juntar com gente ruim, principalmente fazer negócio com gente ruim a gente pode ter problema e grande lá na frente. Por isso, eu peço ao nosso Diretor do DETRAN que nós estamos revogando, vamos sustar o ato do DETRAN e que faça uma nova norma, uma nova portaria atendendo alguns pontos, principalmente nesse sentido da legalidade, da transparência, da economicidade e da livre

concorrência onde o povo, onde os empresários todos que queiram participar tenham essa condição e que o povo tenha uma opção de comprar, de ter um serviço mais barato.

Obrigado, Presidente, pelo tempo que eu estourei e Deus que proteja nós todos.

(Às 16 horas e 45 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a presidência ao Sr. Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado aí, Deputado Hermínio, Vossa Excelência está empunhando uma luta tão importante, que é a luta dos fabricantes de placas e pode contar com o nosso apoio.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Gomes, por cinco minutos, sem apartes.

Então, Deputado Laerte, só antes eu quero registrar a presença aqui do Amarildo Ribeiro, Residente do DER de Buritis, muito obrigado aí nosso amigo Amarildo, parabéns, você tem muito trabalho, com certeza, naquela Residência ali naquela região, região nova e também do Vereador Adriano Confeções, Presidente da Câmara do município de Buritis, muito obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Saudar o Prefeito do município de Anari, Nilson Japonês. Dizer, Sr. Presidente, só uma decisão judicial que saiu agora e eu recebi no meu *facebook*, nós tivemos uma votação aqui de um projeto de nossa autoria semana retrasada, se não me falha a memória, Deputado Dr. Neidson, onde era o projeto que proibia a apreensão dos veículos com IPVA atrasado. E onde muitos falaram que o projeto era inconstitucional, que o projeto, e eu respeito, nós fomos derrotados aqui no Plenário, mas falaram que o projeto era inconstitucional, que o projeto não era válido e no meu *facebook* eu recebi de uma das centenas e centenas de pessoas que comentaram e que queriam que o projeto fosse aprovado, me mandou uma decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, que saiu. E eu vou ler a decisão aqui bem rápido, para provar que o projeto não era inconstitucional: A Juíza de Direito Maria Verônica Moreira Ramiro, da 11ª Vara da Fazenda Pública, deferiu liminar na sexta-feira em uma ação civil pública proposta, Deputado Jean, pela OAB da Bahia, quem propôs foi a OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil da Bahia, suspendendo as apreensões de veículos com IPVA atrasado que era realizado pelos órgãos responsáveis do Governo da Bahia.

Com a decisão, o Governo deve cobrar o imposto utilizando meios previstos na legislação, abstendo-se, Deputado Jean, de apreender os automóveis dos contribuintes baianos em razão do não pagamento do IPVA, sob pena de multa de cinquenta mil reais por dia.

De acordo com a Juíza, olha o que a Juíza da Bahia disse, que era o que nós falamos aqui, Deputado JESUÍNO, e Vossa Excelência falou no seu relatório, apreender veículo numa via pública por débito de IPVA é o mesmo que expulsar sem qualquer prévio procedimento o contribuinte do seu lar em caso de inadimplência do IPTU. O envolvimento da OAB da Bahia no caso começou em novembro do ano passado, quando, por iniciativa do Conselheiro Domingos A. Jones, o Conselho Pleno da OAB da Bahia encaminhou a questão do IPVA à Comissão de Direito Tributário da instituição. A Comissão que

é presidida pelo Conselheiro Seccional Osmar Mendonça que elaborou um parecer apontando as ilegalidades das apreensões, o Presidente da OAB da Bahia Luiz Viana que é Procurador do Estado declarou-se impedido de analisar a questão e transferiu ao Vice-Presidente, Fabrício de Oliveira, o comando das sessões do Conselho que debateram e deliberaram sobre as apreensões do IPVA. O Conselho do Pleno da OAB aprovou o então parecer da comissão e a proposição de uma ação judicial para questionar o ato de apreensão de veículos por parte do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia – DETRAN, e a Secretaria de Fazenda e outros órgãos como forma coercitiva de cobrar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores através de blitz com a participação da Polícia Militar. A Procuradoria da OAB da Bahia, capitaneada pelo Procurador Geral Gustavo Amorim, propôs então uma Ação Civil Pública cujo pedido de liminar era a suspensão do ato a apreensão dos automóveis que esteja em débito com o tributo IPVA, Presidente Edson, foi deferido nesta sexta-feira pela Juíza da 11ª Vara da Fazenda, a qual diz claramente aqui na matéria que a apreensão de veículos com IPVA atrasado é inconstitucional. Então, reforça tudo aquilo, Deputado Jean, que nós defendemos, Deputado Jesuíno, Dr. Neidson e tantos outros colegas deputado, Deputado Ezequiel, que nós defendemos e que aqui foi falado que era inconstitucional. Então isso pelo menos nos dá a tranquilidade e a certeza que o nosso projeto era constitucional e se fosse aprovado aqui com certeza iria beneficiar a população do nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o nobre Deputado Luizinho Goebel, por 20 minutos, com aparte.

Eu quero, Deputado Luizinho, só registrar a presença do Prefeito Iranir Ribeiro, Vereador do Município de Governador Jorge Teixeira, Aldeir Ferreira, Prefeito do Município de Buritis, muito obrigado, Prefeito Aldeir ali presente, e também do Edmilson Rosa, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Governador Jorge Teixeira.

Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Sr. Presidente. Venho a esta tribuna para noticiar uma ação importante para o nosso Estado, nós que andamos por diversos dias no interior e na *Rural Show* fomos procurados por alguns produtores de suínos e a demanda daqueles produtores era que eles pudessem ter uma condição, Deputado Marcelino, Deputado Follador, uma condição de disputa comercial com os outros Estados brasileiros dependeriam de um incentivo fiscal e que esse incentivo fiscal seria o mesmo concedido aos produtores de bovinos, de carne de boi, e hoje pela manhã levei essa demanda ao Governador Confúcio Moura, hoje pela manhã visitei a Secretaria de Finanças do Estado e recebemos a importante notícia de que já está pronto o decreto, já foi assinado pela equipe técnica da Secretaria de Finanças do Estado e que agora segue para a assinatura e logo após então sanção do Governador Confúcio Moura, esse incentivo que da mesma forma que é concedido ao gado macho e fêmea, porque tem uma diferença no percentual, também será concedido ao macho e fêmea de suínos.

Então, aos produtores de suínos do Estado de Rondônia, recebam essa notícia e se tudo correr bem, dentro da tramitação legal, até o início do mês já estará apto o Estado de Rondônia a conceder esse incentivo aos nossos produtores de suíno. E o que significa isso? Que naturalmente se nós temos uma condição de disputar por igualdade a venda do suíno produzido no Estado de Rondônia com o preço que nós temos do suíno dos outros Estados, quem ganha é o Estado de Rondônia, porque dentro dessa cadeia produtiva vem a mão de obra, vem o consumo de farelo, de ração e que muitas vezes esse farelo e essa ração são feitos do próprio subproduto de milho, de soja que nós já temos produzidos aqui no Estado de Rondônia.

O Sr. Aécio da TV – Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Com o aparte o Deputado Aécio da TV.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Luizinho, eu, na minha conclusão do curso de Economia, na Universidade Federal de Rondônia, o meu tema de monografia foi o Consumo de Carne Suína no Estado. Nós temos pouco estudo sobre esse tema. Infelizmente, através da pesquisa que fizemos aqui em Porto Velho, o consumo de carne suína em Porto Velho por mito, sempre por mito, é muito pequeno.

Para se ter uma ideia, na nossa pesquisa o consumo de carne suína em Porto Velho, Deputado Jean, empata com o consumo de caça, na pesquisa empatou com o consumo de caça. Carne suína é a carne mais consumida do mundo, ela é a mais consumida do mundo, nós em Rondônia já tivemos um rebanho de quase quinhentas mil cabeças de suínos, há três anos estava em duzentos e poucos mil, por falta de incentivo. A carne suína é uma carne fácil de exportar porque o mundo inteiro consome, ela é uma carne que se fizer um trabalho porque ela tem muito mais proteína que a carne bovina, ela é muito melhor, ela é muito mais magra do que a carne bovina. Foi criado um mito quando a indústria da soja implantou o óleo de soja colocou na cabeça de todo mundo que o óleo era prejudicial à saúde, que a carne suína não prestava, que dava bicho na cabeça, assim uma série de coisas, e falta incentivo e maior esclarecimento de mídia para a comunidade, para a população para que a população venha consumir essa importante proteína que é a mais consumida do mundo, e nós estamos num lugar propício, Deputado Jean, para produzir carne suína, suíno dá para produzir em alta escala porque nós vamos ter mercado. Eu creio, acredito piamente na construção da ferrovia e é coisa que não vai demorar porque os chineses entraram no circuito e vai sair rápido e a partir do momento que tivermos essa ferrovia podemos produzir, o que tiver aqui vai ser pouco para o mercado asiático e nós temos que nos preparar. Eu parabeno V.Ex^a porque é um tema importante, tem que incentivar, tem que voltar a crescer a produção de carne suína e tem que voltar a incentivar o consumo da carne suína no nosso Estado. Parabéns pelo tema e parabéns pelas suas colocações.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Aécio da TV. E concedo um aparte ao eminente Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Eu quero lhe parabenizar, Deputado Luizinho, por este tema importantíssimo. Nós que temos, inclusive, estudei na Suíça e tenho o curso de Suinocultura, onde o suíno é criado com ar-condicionado, porque lá tem neve e produz tudo na técnica. E hoje eu tenho um irmão que produz, tem mais de 1.700 porcas criadeiras no Rio Grande do Sul, o meu sobrinho é Presidente da Associação dos Suinocultores do Rio Grande do Sul, inclusive várias vezes ele apareceu no *Fantástico*, inclusive quando fala de preço de porco, ele passa nas discussões em nível nacional, e é uma fatia muito importante de mercado, uma coisa muito importante, Deputado Luizinho. E está de parabéns o Governador se concordou em isentar, favorecer essa cadeia, que é uma maneira de incentivar não só a criação para quem cria o porco, mas também os insumos, aquele que você compra. Você incentiva a mandioca, incentiva o milho, todos os implementos para poder fazer a ração, e para nós, eu acho que é uma coisa muito importante.

Infelizmente, ainda não tem uma cultura no Estado de Rondônia, o Deputado Aécio falou agora que para criar porco o pessoal não descobriu, mas Rondônia pode avançar muito nesta área, e com certeza, eu conheço esta área, é uma coisa que a suinocultura você tem que trabalhar planejado, porque eu já vi muita gente enriquecer com porco e já eu vi muita gente falir com porco também. Mas você tem que se planejar. No caso do meu irmão, eles têm um convênio com frigorífico, exporta, então tem uma segurança, o frigorífico na época de crise segura as pontas, e eles têm essa parceria. Eu falo que é muito bom, parabenizar o Deputado Luizinho, parabenizar também ao Governador por dar incentivo nessa área que é muito importante para o Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Follador, e Vossa Excelência que tem conhecimento de causa com certeza nos envaidece até, exatamente porque sabemos que então fizemos uma coisa acertada. Foi uma reivindicação que nasceu do seio do povo, dos pequenos produtores, que é importante, que acaba contemplando centenas de pequenos produtores do Estado de Rondônia, e que naturalmente, a partir do momento que nós tivermos a condição de produzir mais, Deputado Aécio, eu acredito que também, nós teremos a condição que as pessoas tenham mais acesso a este tipo de carne.

O Deputado Jean também com aparte. O Deputado Jean sabe muito bem, é conhecedor que no Município de Colorado tem uma instituição, a ASCOI – Associação Coloradense dos Agricultores, na qual Vossa Excelência já contribuiu muito com aquela instituição, e eles hoje já estão pleiteando a possibilidade da implantação de um frigorífico de suínos no Município de Colorado do Oeste.

O Sr. Jean Oliveira – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – O Deputado Jean também com aparte.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Luizinho, eu gostaria de lhe parabenizar pela iniciativa de ter buscado representar este segmento importante que são os suinocultores, aqueles que

são criadores dos suínos aqui no Estado de Rondônia. A gente sabe que a criação de suínos no Brasil iniciou-se com os povos do Sul, mas que a criação de suínos por ser altamente lucrativa, ser um grande negócio, acabou recebendo interesse Brasil afora de todas as regiões, hoje, nós temos grandes produtores suínos. A minha família, Deputado Luizinho, a começar com o meu avô, pai do meu pai, a história dele sempre foi mexendo com suíno. Tivemos oportunidade, o Deputado Aécio da TV retratou muito bem, tivemos a oportunidade de sermos os maiores produtores de suíno de Porto Velho, se não do Estado de Rondônia, e temos hoje as nossas instalações paradas por falta de incentivo. Chegamos a ter três, quatro mil suínos, e hoje não temos nada. Por quê? Porque falta o incentivo. É difícil competir com o nosso Estado vizinho do Mato Grosso. É difícil. Nós temos dificuldade em fazer uma ração de porco onde a base da ração é de 60% de milho, 25% de farelo de soja e alguns outros ingredientes, uma ração rica em energia e proteína.

Hoje, o Estado de Rondônia começa a avançar. Hoje, o Estado de Rondônia começa a ter oportunidade de subsidiar a sua própria produção de ração quando no passado nós tínhamos grande dificuldade, até hoje a região de Porto Velho é pobre em plantio de grãos, está começando a produzir grãos em larga escala, em escala empresarial agora, mas eu convido Vossa Excelência e peço que como já vem capitaneando essa questão, que crie aqui na Assembleia Legislativa uma frente parlamentar em apoio à suinocultura, para que a gente possa idealizar e concretizar aquele projeto da Associação de Produtores Rurais de Colorado que conseguiram reunir o recurso considerado de três milhões de reais para pagar um projeto para a criação de um frigorífico de suínos, onde o Governo do Estado se comprometeu em colaborar e até hoje nós não tivemos nenhum tipo de colaboração por parte do Governo do Estado.

Queríamos que a EMATER estivesse distribuindo matrizes para pequenos produtores para incentivar a suinocultura em pequenas escalas, em escala artesanal nas pequenas propriedades deste Estado. O porco hoje tem uma rotatividade muito maior do que a do boi. Hoje o porco consegue procriar de forma inigualável ao boi ou a qualquer outro tipo de animal que a gente conhece de grande porte. Então, eu quero aqui dizer que Vossa Excelência está no caminho correto, se tem incentivo para boi, se tem incentivo para frango, tem que ter incentivo para o suíno. Não tem como competir com o Estado vizinho do Mato Grosso, a começar a disputa pelo preço da ração, nós não temos como competir com o Estado altamente produtivo, um Estado onde tem a possibilidade de plantar 50% de suas propriedades a 80, onde o Código Florestal deu a alternativa melhor para o Estado do Mato Grosso em termos de produção do que a nossa. Sendo Estados co-irmãos, com a mesma realidade em termos de agricultura, nós temos esse desafio de vencer o Código Florestal através desse bendito Zoneamento que nunca sai do Estado de Rondônia, para que a gente possa zonear o Estado e começar a discutir em nível de Brasil uma readequação e um reconhecimento por parte do CONAMA nas nossas regiões aqui de cerrado, onde os produtores daquela região possam plantar mais grãos, fazendo com que o preço da ração barateie.

Então, eu venho aqui que pedir para Vossa Excelência, crie essa frente parlamentar em combate e em favor da suinocultura, uma vez que esse tema é um tema muito polêmico, porque começa agora a ser discutido, quando na verdade deveria já estar consolidado, uma vez que é importante para a economia de qualquer Estado e para Rondônia que é um Estado produtivo, suinocultura é muito importante.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Agradeço, Deputado Jean, hoje nós temos o incentivo, a produção em escala industrial, como Vossa Excelência disse, aqui na região está a todo o vapor, está ampliando e que naturalmente esse intercâmbio que nós possamos fazer com o Cone Sul e a grande região de Porto Velho também vão trazer aprimoramento para quem quer produzir aqui nessa região e para encerrar minhas palavras aqui, eu quero deixar aqui meus votos de parabéns ao nosso eminente colega Deputado Marcelino Tenório, que Deus lhe conceda muitas graças, muitas bênçãos, muita saúde, muita paz, e principalmente muitos anos de convívio conosco nesta Casa. Parabéns, Deputado Marcelino.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho, pelo seu discurso. Eu quero também aproveitar a oportunidade de parabenizar o nosso querido Deputado Marcelino Tenório, um grande Deputado desta Casa, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, parabenizar, Deputado Marcelino, que Deus lhe abençoe que você continue sendo essa pessoa que você é, pessoa realmente comprometida com o povo, Deputado atuante. Parabéns pelo seu aniversário.

Eu quero cumprimentar, em nome do meu querido Deputado Ribamar, cumprimentar o Vereador do Partido dos Trabalhadores, o Vereador Marquinho, que está ali no Plenário, o Vereador Marquinho, lá do Município de Seringueiras, do Distrito de Planalto, mas especificamente, em nome do Deputado Ribamar, seu companheiro de partido, sintam-se cumprimentado; e as demais pessoas sintam-se cumprimentadas.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Deixar também os nossos parabéns aqui para essa liderança da região de Ouro Preto, hoje do Estado de Rondônia, essa elegância toda em pessoa, uma pessoa carinhosa, atenciosa, tranquila, Deputado Marcelino, que Deus possa lhe abençoar muito e fazer muitos e muitos anos de vida aí e continue da forma que Vossa Excelência é, pessoa atenciosa, educada, sábia e que com certeza engrandece muito este Parlamento. Parabéns, Deputado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Laerte. Concedo, ainda no Grande Expediente, a palavra ao nobre Deputado Jean Oliveira, por 20 minutos, com apertes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Sr. Presidente, Deputado Edson Martins, nobres colegas Deputados que se fazem presentes

agora no Plenário. Quero aqui, Sr. Presidente, cumprimentar o Plenário através do Vereador Nei, do Município de Santa Luzia do Oeste, município que pertence à nossa região, o Vereador Adonias, está ali de boné, eu não estou reconhecendo, mais é um grande companheiro, Vereador que está há pouco tempo no mandato que tem o compromisso muito grande com a nossa região, principalmente, com a P-18 Velha.

E queria aqui, Sr. Presidente, inicialmente falar da nossa viagem a Vitória, na qual a Assembleia esteve marcando presença com número considerado de Parlamentares. Estivemos lá para debater mais um tema proposto pela UNALE, que é a União Nacional das Assembleias Legislativas e Legisladores, onde tivemos a oportunidade de termos uma Conferência e fazer um intercâmbio com mais de 500 Deputados Estaduais do Brasil, tivemos a oportunidade de acompanhar as palestras de Ministros tanto do Executivo como Ministros da Justiça, como é o caso do Ministro do STF Marco Aurélio de Melo, onde fizeram palestras com intuito da boa administração, do zelo pelo erário e uma das coisas que marcou esse encontro foi a participação maciça da Assembleia Legislativa, Deputado Edson Martins, na UNALE, fazendo com que essa participação colhesse frutos, frutos esses da representatividade desses Parlamentares nos Conselhos da UNALE, como alguns Deputados fizeram parte e outros fazendo parte do Parlamento da Amazônia, que é uma pauta de discussão onde o Deputado Ribamar Araújo há muito tempo já participou e nós agora tivemos a oportunidade de compor a Diretoria do Parlamento da Amazônia, onde tivemos a eleição do Deputado Sinésio, Deputado de cinco mandatos do Estado do Amazonas e tivemos como Vice-Presidente o nosso amigo, o nosso colega Deputado Léo Moraes, que fará o papel de Vice-Presidente do Parlamento da Amazônia.

Eu, por minha vez, tive a oportunidade, fui agraciado através do apoio dos colegas rondonienses para ocupar a Secretaria de Relacionamento Institucional, que tem como atribuição o relacionamento com entidades e autoridades nacionais e internacionais que queiram debater sobre a Amazônia, lembrando que o Parlamento da Amazônia debate estritamente assuntos pertinentes com peculiaridades à nossa região da Amazônia Legal.

Então, foi muito produtiva essa conferência, onde tivemos a oportunidade de contar com a presença maciça da Assembleia Legislativa. Por outra hora, quero aqui dizer, Deputado Cleiton Roque, que nesse intercâmbio que tivemos, a gente sempre pode aprender um pouquinho mais com outros colegas, e eu tive a oportunidade de trazer de um colega do Estado do Tocantins esse subsídio ao Planejamento da Gestão Territorial do Estado do Tocantins, esse trabalho aqui é um trabalho cartográfico onde o Estado de Tocantins, através do INTERMAT, que é o Instituto de Terras do Estado de Tocantins, vem fazendo um bom trabalho, o que o nosso Estado de Rondônia, Deputado Ribamar, precisava ter, o que o Estado de Tocantins, que é o Estado mais novo, menos desenvolvido que Rondônia já tem, Rondônia ainda não tem e precisa ter, que é o Instituto de Terras para deliberar sobre a Regularização Fundiária do nosso Estado.

Nós temos que parar de ficar à mercê de INCRA e de Terra Legal. A partir da Constituição de 1988, Deputado Dr. Neidson, todas as terras devolutas, que não de entendimento

necessário para o Governo federal, são de competência do Estado. É de responsabilidade do Estado. E nada melhor do que ter um instituto, ter um órgão especial para discutir esse assunto. Um órgão que discuta, Instituto de Terras, através de regularização fundiária e também fazer o instituto cartográfico nesse mesmo instituto para que a gente possa preparar o Estado de Rondônia para vendê-lo para investidores aqui do Brasil que queiram vir ao Estado de Rondônia investir. Nós precisamos preparar, nós precisamos ter como vender as nossas riquezas de Rondônia. Nós temos que mostrar que Rondônia tem um grande potencial mineral, um grande potencial energético, um grande potencial na agricultura. Isso somente é possível com um trabalho como esse que o Tocantins vem desenvolvendo. Rondônia está atrasado, Rondônia não tira o pé do chão, Deputado Adelino. E isso nos envergonha, porque um Estado que vive do agronegócio não se organizar para poder desenvolver esse mecanismo que subsidia a economia deste Estado, é um absurdo, é uma falta de gestão.

E falando em falta de gestão, eu venho aqui fazer um questionamento muito grave. Está aqui, Deputado Cleiton Roque: *"Liminar obriga DER a recuperar a sinalização na RO-383, na Zona da Mata"*. Eu estive aqui, há duas semanas, falando dessa RO-383. Estão ali os dois Vereadores de Santa Luzia que não me deixam mentir, que têm conhecimento da realidade daquela RO-383, da situação que está. A minha primeira demanda neste mandato, junto ao DER, foi a recuperação da RO-383. Eu dialoguei isso, por horas, com o Coronel Caetano, Diretor do DER. Pedi a ele: *"Coronel, faça a recuperação da BR-383, faça também a recuperação, a restauração da RO que liga Alto Alegre a RO-383, por favor, as pessoas estão pedindo"*.

E o Governo, mais uma vez, jogando para o dia de amanhã, deixando o tempo passar, cada dia é um dia a mais, chegou a essa situação aqui, Deputado Cleiton Roque, onde um Promotor de Justiça, lá do meu município de Alta Floresta, município no qual eu nasci e tenho orgulho de representar porque pela primeira vez, Rondônia, Alta Floresta elegeu um filho daquela região para representar o município de Santa Luzia, um Promotor de Alta Floresta vai e entra com uma liminar e o Juiz concede, que em 10 dias comecem a recuperação da sinalização e, em 30 dias, recuperem a restauração da RO. É um absurdo! Não tem como não ficar descontente com um Governo dessa maneira, Deputado Aécio. Não tem como aceitar que o Ministério Público e a Justiça façam o que um Deputado e um Governador têm que fazer. Enquanto Deputado, eu estou fazendo o meu papel, não estou me calando, eu não estou fingindo, eu não estou na subserviência de ficar caladinho e aceitar o que quer. Eu venho aqui e critico, mas por parte do Executivo nada é realizado. Aí vem um Promotor junto com um Juiz, que fizeram um belo de um trabalho, quero parabenizar o Promotor Tiago Cadore, que é o Dr. Tiago Cadore, Promotor de Justiça de Alta Floresta, junto com o Juiz que deram a liminar da restauração. Mas para a população parece que não tem Deputado na região. O Deputado é quietinho, fica quieto, aceita as imposições daquele órgão chamado DER do jeito que quer. As prioridades são feitas como querem, não escutam o Deputado. A voz do Parlamento está silenciada. Quando se discute aqui a importância da Assembleia, é em situação como essa. É em situação como essa que a

gente discute a importância da Assembleia, que valor tem um Parlamentar que vem aqui, mostra a necessidade da restauração, estive aqui, Deputado Cleiton Roque, há duas semanas, falando que no começo do Governo Confúcio Moura, em 2011, a melhor RO do Estado, Deputado Ribamar, era essa RO-383 que hoje um Promotor e um Juiz pedem para o Estado, através de ação judicial, recuperar. Quando o Governador Confúcio assumiu era a melhor RO. Eu disse isso há duas semanas. Eu quero corrigir, não era a melhor RO, era a melhor rodovia, era a melhor rodovia do Estado de Rondônia. Nem o melhor trecho da BR-364 se comparava à RO-383 em 1º de janeiro de 2011. Uma RO totalmente restaurada, sem nenhum buraco, e totalmente sinalizada, e muito bem sinalizada. E hoje aquela RO é a pior RO do Estado, com toda certeza absoluta. Eu gastava, Deputado Ribamar, e olha que eu não piso fundo, não, mas eu gastava da BR-364 até a porta da minha casa, em Alta Floresta do Oeste, eu gastava 35 minutos. Hoje eu estou gastando uma hora e vinte, na mesma RO, no mesmo trecho, uma hora e vinte, só desviando de buraco. Como é que ambulância vem para Porto Velho socorrer um paciente que tem necessidade de urgência? É complicado, é complicado.

O DER cada ano tem um orçamento que vem superando. Cada ano o orçamento do DER vem aumentando, vem aumentando. Este ano tem mais de 170 milhões de reais para investimento. Falta de gestão, Deputado. Falta de gestão. Eu não gosto de criticar ninguém, mas eu não vou aceitar esse tipo de condição aqui. Não vou aceitar ver o Estado de Rondônia trabalhar sob ação judicial. Já bastam os pobres coitados dos pacientes que para ter uma cirurgia de coração, Deputado Dr. Neidson, têm que entrar na fila do Ministério Público. Isso é ridículo! O Ministério Público é que condiciona as cirurgias de coração neste Estado. Agora está condicionando também as rodovias. Daqui a pouco nós temos que ceder as nossas cadeiras e o Governador a dele para o Ministério Público, não porque eles estão errados e se intrometendo, mas é porque a política, os políticos não estão se comprometendo com aquilo que é dever deles, com aquilo que quando sobe no palanque, quando um político sobe num palanque, o que ele menos economiza é nas palavras, na hora de se comprometer com a população.

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, Deputado?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Por favor, Deputado Dr. Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Com certeza. Quero lhe parabenizar pelas palavras e como o senhor também esteve presente também na 19ª Conferência Nacional das Assembleias Legislativas e Legisladores, o senhor está ciente de que a maior demanda lá, a cobrança que tinha de todos os Deputados lá e principalmente os que iam fazer uso da palavra, era dizer que as Assembleias do Brasil se encontram reféns do Governo. A maioria das Assembleias do Brasil se encontram reféns, nós às vezes não temos a coragem por temor de algo que o Governo possa realizar que nós precisamos de uma melhoria em tal município, e ele não realizar, então, e é verdade mesmo que foi dito naquelas conferências. Hoje também, como já foi relatado com relação à saúde, nós vemos que não são as cirurgias cardíacas, mas várias cirurgias, cirurgias ortopédicas, cardíacas, deixam a desejar também e as pessoas realmente têm que procurar a

Defensoria Pública para que possam ser realizados alguns tipos de cirurgias, alguns procedimentos que às vezes se tem o profissional aqui, mas não são realizadas. Então, eu quero lhe parabenizar e também desejar boa sorte, que eu também estou com o senhor nesse pleito.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Neidson. E eu não me esqueço, na conferência que tivemos, quando uma Deputada de Roraima, Defensora Pública, dotada do conhecimento jurídico, perguntou ao Ministro do STF que é um dos maiores conhecedores, um dos maiores juristas deste país, ela perguntou: *Ministro, o senhor não acha que é uma intromissão do Executivo mandar as Leis para o Legislativo quando a iniciativa tinha que ser do Legislativo?* O Ministro respondeu dizendo: *que onde você não preenche espaço vem outro e preenche, pois a classe política não está preenchendo seu espaço*, aí vêm o Ministério Público e o Judiciário e começam a fazer aquilo que nós, Assembleia, e que o Governo do Estado tinha que fazer, que era dar assistência para a população.

Eu venho aqui revoltado, revoltado porque só assim para as coisas acontecerem aqui no Estado de Rondônia, só sob ação judicial. E sabendo que é uma demanda que exaustivamente eu levei ao conhecimento dos Secretários, do Diretor do DER, do próprio Governador, é um descontentamento é se sentir menor. Eu venho aqui desabafar e dizer: com que estímulo, com que estímulo, eu vou votar matéria do Governo sem analisar? Com que estímulo que eu vou acreditar na palavra de um Secretário? O mesmo Secretário que disse que seria restaurada a RO-383, ele hoje está pedindo para eu votar um projeto que eu não analisei uma página sequer. Como é que eu vou dar essa credibilidade? Que estímulo que eu tenho para crer que o Estado, o Governo precisa de um voto de confiança, Deputado Léo Moraes? Que estímulo que nós temos para dar um voto de confiança a um gestor, ao Governador do Estado de Rondônia? Tendo aqui demandas originárias da população e dos seus representantes, que somos nós, sendo resolvidas por ações judiciais.

Então, fica aqui o meu desabafo e espero contar com apoio de Vossas Excelências porque hoje é uma demanda minha que está sendo sanada por ação judicial, amanhã pode ser qualquer uma dos senhores. Então, acredito que se continuarmos assim, não tem motivo para existência de Deputado Estadual, não, não tem por que ter, agora, a forma de nós adquirirmos respeito e de mostrarmos que estamos aqui para trabalhar e para honrar com os nossos compromissos diante daqueles que nos colocaram aqui é fazendo nosso papel enquanto não só legisladores, mas também fiscalizadores. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean, pelo seu discurso. Ainda no Grande Expediente, eu quero aproveitar aqui, registrar a presença do meu amigo Prefeito de Santa Luzia, Jurandir, os Vereadores, jovens Vereadores ali também acompanhando, da Câmara, e todos que compõem aí no Plenário, muito obrigado pela presença. E concedo a palavra ao nobre Deputado Aécio da TV, por vinte minutos, com apartes.

O SR. AÉLCIO DA TV – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Presidente Edson Martins,

cumprimentar os colegas Deputados, em nome do meu amigo Deputado Léo Moraes, cumprimentar a imprensa, os servidores, todos que estão aí nas galerias. Eu quando estava vindo para a Sessão agora à tarde, duas horas, quando eu entrei no carro, eu recebi uma mensagem no *facebook* do Padre Jaime. E aquela mensagem, o Padre Jaime convidava a todos para participar de uma audiência que ia acontecer na Câmara Municipal a partir das 15:00 horas, e ele inteligentemente dizia que era para chegar a partir das 13:30 horas, e chegando lá às duas horas já estava tudo lotado, as galerias. Porque hoje estava tendo uma discussão sobre o Plano Municipal de Educação, e no Plano Municipal de Educação sutilmente estava lá nas entrelinhas o famoso e debatido e rejeitado pela sociedade brasileira, *Ideologia de Gênero*, e a Igreja Católica tinha vários padres presentes na audiência, vários pastores.

Nós sabemos que esse assunto foi debatido, *Ideologia de Gênero*, quando da criação do Plano Nacional de Educação, ou seja, é um plano do Governo Federal que ele tentou implantar quando da criação e todo mundo lembra-se das cartilhas, aqueles assuntos que foram debatidos, tentou colocar no Plano Nacional de Educação, não teve sucesso, aí está tentando minar nos municípios para criar o raio da *Ideologia de Gênero* nas escolas municipais. Por quê? Porque na escola municipal é onde tem as criancinhas pequeninas. O objetivo é implantar onde tem crianças e aí, graças a Deus, as Igrejas se levantaram contra esse raio dessa *Ideologia de Gênero*.

E quando eu falo as Igrejas é em geral, o cristianismo em geral, nós estamos no maior país, apesar de ser laico, não ter uma religião, mas nós estamos no maior país católico do mundo e o maior país cristão do mundo, o Brasil. E eu fiz questão de ler um artigo publicado essa semana, escrito pelo Papa Francisco, e a matéria dizia o seguinte: *Papa Francisco condena a Ideologia de Gênero pela terceira vez*. Ele diz: *a família está sendo atacada*. Pela terceira vez em seu pontificado, o Papa Francisco usou uma linguagem muito forte para condenar a *Ideologia de Gênero*, uma das bases intelectuais da agenda LGBT.

No último domingo, falando aos jovens em sua viagem a Nápoles, na Itália, o Papa Francisco falou da colonização ideológica das famílias vista na Europa e no Ocidente. A *Ideologia de Gênero* é um erro da mente humana que provoca muita confusão, disse ele. Portanto, a família está sendo atacada no que diz respeito a como lidar com a secularização ou colonização ideológica. O Papa disse que ele não tem a resposta, porém, ele mencionou o Sínodo da Família que ele disse ser inspirado pelo Senhor. Os comentários ecoam, aqueles feitos em uma entrevista realizada durante o voo de retorno de Manila, nas Filipinas, em 19 de janeiro de 2015. Francisco lamentou a prática ocidental de impor uma agenda homossexual a outras nações por meio de ajuda externa. Algo que ele chamou de uma forma de colonização ideológica e comparou com a máquina de propaganda nazista. Depois que o jornalista pediu ao Papa que explicasse a frase “*colonização ideológica*”, o Papa deu um exemplo de 1995 quando, disse ele: *uma Ministra da Educação de uma região pobre foi informada de que ela poderia ter um empréstimo para construir escolas, contanto que estas utilizassem livros que ensinavam a Ideologia de Gênero*. Isso é colonização ideológica, disse ele. *Coloniza-se as pessoas com a ideia de que quer mudar uma mentalidade ou uma estrutura*.

Essa colonização ideológica, acrescentou ele, não é nova, os ditadores do século passado fizeram o mesmo, eles vieram com sua própria doutrina. Pense em Balilla, pense na Juventude Hitlerista.

Os primeiros comentários de Francisco da mesma natureza foram feitos em uma entrevista em outubro de 2014, que só foi publicada em janeiro deste ano no livro *Papa Francisco, esta economia mata*. Nela, o Papa fala dos Herodes modernos que destroem, que tramam projetos de mortes, que desfiguram a face do homem e da mulher, destruindo a criação. Ao dar exemplos, ele disse: *Pensemos nas armas nucleares, na possibilidade de aniquilarem em alguns instantes um número muito elevado de seres humanos. Pensemos também na manipulação genética, na manipulação da vida ou na ideologia de gênero que não reconhece a ordem da criação. Com essa atitude o homem comete um novo pecado, aquele pecado contra Deus, o Criador. Deus colocou o homem e a mulher no topo da criação e confiou a eles a terra. O projeto do Criador está escrito na natureza*.

As coordenações do Papa Francisco, a *Ideologia de Gênero* segue os passos do Papa Bento XVI, que explicou a profunda falsidade da *Ideologia de Gênero* e a revolução antropológica contida nela. Bento XVI descreveu a *Ideologia de Gênero* como pessoas opondo-se à ideia de que elas não têm uma natureza dada por sua identidade corporal, que serve como elemento definidor de ser humano. Em vez de reconhecer que Deus criou as pessoas como homens e mulheres, a ideologia afirma que o ser homem e o ser mulher são constructos sociais e agora nós podemos decidir o que seremos. Quando a liberdade para ser criativo se torna liberdade para criar a si mesmo, então, necessariamente, o próprio Criador é negado e no final das contas também o homem é despojado de sua dignidade como criatura de Deus, como a imagem de Deus no núcleo do seu ser, conclui Bento XVI. A defesa da família tem a ver com o próprio do homem e fica claro que quando se nega Deus, a dignidade humana também desaparece. Então, querem de qualquer forma, Deputado Airton, ideologicamente acabar com a criação, querem que as crianças sejam ensinadas a não ter sexos, criança até definir o que ele quer ser, eu, pai, você como pai, o professor, a professora não dê identidade para ele, que ele seja criado, quer dizer, não é como o animal, o animal quando nasce já sabe que bicho é, que é negar a criação de Deus de homem e mulher, de repente, pronto e fim de papo.

Então, o que nós vimos da última, e olha, e eu quero dizer uma coisa, isso que eu estou dizendo não tem nada a ver com homofobia, deixar bem claro isso, eu respeito todos os seres humanos, todas as pessoas, independente do que ela pensa, eu só não sou obrigado a pensar como elas, respeitar é uma coisa, agora, pensar igual é outra coisa. Ideologicamente, você está num partido, está em outro, mas respeita todos, e o que nós percebemos nessa ideologia é não respeitar, é simplesmente banir a criação.

E querem de qualquer forma enfiar isso, senhores Vereadores, em todos os municípios do Brasil. Eu estava agora discursando lá na Câmara Municipal sobre esse tema, que vai ser votado nos próximos dias, querem inserir dentro do Plano Municipal de Educação essa *Ideologia do Gênero*, é uma ideologia de cima para baixo, do Governo central, e querem,

não conseguiu passar no Plano Nacional de Educação, querem enfiar no Plano Municipal de Educação. Eu participei, discurssei, li esse mesmo artigo, essa mesma reportagem e estou comentando aqui porque nós percebemos, Deputado Adelino, que o objetivo é destruir a família, parece que o povo já não tem mais tanta coisa para se preocupar, tantos problemas e a grande maioria deles causados pela destruição da família, mas não está bom ainda, ainda está pouco.

Eu não abro mão, já criei os meus 3 filhos, mas eu não abro mão de que os meus filhos possam educar os meus netos, que os meus filhos possam ter o direito de ensinar aquilo que eles acham que é certo. Nós estamos no maior país cristão do mundo e meia dúzia de pessoas querem mudar as regras para 90% da população brasileira que são cristãos. Então, nós temos que ficar atentos, Deputado Adelino, nós temos que ficar atentos e não podemos aceitar essa *Ideologia de Gênero* para as escolas dos nossos filhos, dos nossos netos, das nossas crianças.

Tenho dito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns, Deputado Aécio. Realmente, o seu discurso às vezes até emociona a gente de ver um tema tão importante ser discutido na tribuna desta Casa. Acho que nós precisamos realmente de levantar a nossa voz contra esses absurdos que às vezes vêm sendo impostos, que às vezes nós temos que respeitar a todos, como Vossa Excelência disse, mas não concordar.

Eu acho que aceitar que seja inserido no Plano de Educação Municipal, no Plano Nacional de Educação, eu acho que realmente é passar muito dos limites e nós não podemos nos curvar, nos calar diante dessa situação. Por isso, parabéns pelo seu importante discurso.

Eu quero registrar, em nome do meu amigo Deputado Cleiton Roque, a presença do Vereador Ney, do PSB, de Santa Luzia. Muito obrigado, Vereador Ney, em nome do nosso querido Deputado Cleiton Roque, e também o Vereador Adonias, Vereador de Santa Luzia, também do nosso partido, agradecemos a presença de Vossas Excelências e sintam-se à vontade, muito obrigado.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Jesuíno Boabaid, por vinte minutos, com apartes.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Primeiro momento, quero cumprimentar o Presidente, Deputado Edson Martins, em nome do Deputado Edson Martins eu cumprimento os Deputados que se encontram na plenária, cumprimentar a todos os presentes que se encontram na galeria também. Que novamente vou falar que esse vidro que se encontra fechado até o presente momento não houve a abertura, e o conserto e sempre que eu fizer uso dessa palavra eu vou falar sobre essa questão desse vidro, tem que consertar, viu, Presidente, a gente tem que pedir para consertar esse vidro aí, que causa uma cláusula de barreira entre as pessoas que estão presentes e os Deputados ficarem apenas ouvindo e não ter o devido acesso como deveria.

Hoje, o que me traz à tribuna para falar sobre uma questão que trata sobre a Segurança Pública, o Deputado Léo Moraes ele fez uso em breve e curto tempo falando sobre o tripé segurança, saúde e educação. E realmente a gente sabe que o clamor da sociedade hoje é a segurança pública. Mas

qual é o motivo da segurança? Pois a violência ela é constante, só aumenta e para complicar mais ainda o Governo, até o presente momento, e aí eu não falo o nome do Dr. Confúcio, eu falo agora o nome do Secretário de Segurança, o Sr. Reis e o George Braga, e pedir para eles, a gente vem pedindo constantemente que haja uma solução por parte do problema. E inclusive foi dada uma resposta de um ofício que eu pedi sistema de câmaras para uma praça onde aconteceram 3 homicídios e a resposta hoje foi que não existe equipamentos e que não há condições financeiras para arcar com a implantação desse sistema de vigilância naquela praça. Eu fiquei triste por conta dessa resposta, porque o Secretário, quando ele encaminha, ele diz *grosso modo* que não tem orçamento, então eu quero pedir ao Sr. Secretário, e aqui eu deixo o registro, que se for necessário eu vou encaminhar das minhas emendas individuais o valor para comprar esse equipamento para colocar na praça. Se o Estado não está tendo condições de fazer o mínimo, o mínimo de administrar essas questões que é referente a equipamentos, eu vou ter que então fazer o meu papel. A destinação das emendas individuais é para locais onde haja necessidade para corroborar com o próprio Estado, mas nós sabemos que têm orçamento a Segurança Pública, a Educação, a Saúde, e infelizmente a resposta foi essa que foi dada para mim hoje, mas não satisfaz.

Quero falar também sobre a questão do efetivo da Polícia Militar. Ontem, dia 15, foi feita a assembleia da Associação dos Praças e Familiares da Polícia Militar do Estado de Rondônia – ASSFAPOM, a qual tem como presidente em exercício Ada Dantas, e foram deliberadas várias questões de ordem à pauta. E qual era a pauta? Foi a promessa de campanha quando o Governo Confúcio Moura prometeu que iria conceder para os militares a promoção e também a questão da extinção do serviço voluntário, onde iria agraciá-los os Oficiais e Praças com o realinhamento. O fato é que ele cumpriu em parte, extinguiu o serviço voluntário, mas não concedeu até o presente momento a promoção devida para os policiais militares e com isso está ocasionando uma revolta. E qual a revolta? O militar, além de trabalhar de forma gratuita, de forma gratuita, por que gratuita? Ele cumpre a escala ordinária, a escala a qual lhe compete cumprir e ainda tem que trabalhar de forma gratuita em escalas não ordinárias, ou seja, escalas voluntárias, escala de Carnaval, escala de festa junina, escala de esquina que tiver qualquer situação, qualquer pedido que tiver por parte do Comando de alguma pessoa lá, alguma associação, vai ter que cumprir esse policiamento. Então, a gente está fazendo essa cobrança, já está sendo lavrada a ata e vai ser entregue para todas as autoridades, que foi deliberado também que eu estive presente que vai ter uma assembleia em Ji-Paraná e Vilhena para discutir com os policiais militares referente ao que foi tratado ontem, dia 15, com os militares.

Eu quero dizer que os policiais militares são servidores públicos, mas, infelizmente, por conta da legislação castrense rígida, onde há uma vedação constitucional de não fazer greve, de proibição de greve, por conta de manifestação de pensamento onde militar fazer qualquer crítica inerente ao Estado, ao Governo, é passivo de punições, eles são assim, têm essa vedação e quem é que pode falar por eles? É o representante de classe são as associações, onde também há uma vedação que não pode ter sindicatos, vejam o absurdo.

Chegou o ofício que vai ser encaminhado ao Sr. Confúcio Aires Moura e para essa comissão também, então eu peço a toda bancada do Governo, ao líder, ao vice-líder, aos demais Parlamentares que olhem para essa corporação, que olhem para essas representações.

Na época, foi discutida aqui a extinção do serviço voluntário e foi feita uma emenda por parte do Deputado Hermínio Coelho e mais outro Deputado, que fizeram uma emenda e o Governo vetou com a justificativa que isso irá causar prejuízo, foi discutido logo na legislatura aqui, logo que adentramos aqui foi mantido o veto, causando insatisfação. Então, eu peço, Governador, a Polícia Militar é uma instituição leal, é uma corporação que defende mesmo o interesse da sociedade rondoniense e ninguém está pedindo aqui salário, está pedindo compromisso e acordo com o que foi falado, foi prometido, tem que ser cumprido, eu tenho vídeo que eu vou fazer questão, se for necessário, em chamar uma audiência pública e colocar aqui para todo mundo ver onde o Sr. Governador Confúcio Moura promete, promete em cumprir a questão das promoções ao seu tempo, promoção 100%, onde o militar vai ter a dignidade dele também, porque isso é dignidade, é valorizar o profissional de segurança, porque o militar, ele quer ter apenas, passou dez anos como Soldado, dez anos como Soldado para ganhar uma graduação como Cabo, mais cinco anos, isso era para ser cinco anos, mas leva em torno de mais dez para ser Sargento, já são vinte anos para ser Sargento, duas graduações. Ai eu fazia aqui uma referência ao oficialato. Hoje, um Oficial do ano de 1992, ele é Tenente-Coronel, no mínimo Tenente-Coronel, penúltima patente da Polícia Militar, veja a discrepância, veja a falta de compromisso com aqueles que defendem o interesse da sociedade também, porque eu digo, não estou aqui para fazer sensacionalismo, eu defendo a instituição policial militar independente de ser oficial ou não. Agora, não podemos aceitar que uma classe onde tem cinco mil e poucos, que era para ter de Soldados e Praças, não sejam respeitados.

Então, a minha indignação, a minha revolta é por conta disso. Não adianta eu vir falar também e não haver o clamor. Espero, Governador, espero, espero, eu junto com o secretariado, que analise isso que vai ser levado ao seu conhecimento, porque nós sabemos que a indignação pode gerar um caos, é isso que jamais iremos esperar, por isso eu fui eleito e espero, através da minha posição hoje como Deputado estadual, poder, junto a esta Casa, o Deputado Maurão e as demais autoridades, buscar a solução dessa problemática, não só o Deputado Maurão e os demais Deputados, que encaminhe, é o mínimo, é o mínimo que se pode fazer, são pleitos aqui que se eu fosse Governador do Estado de Rondônia acataria de ordem, de ofício, que as questões administrativas então podem ser respeitadas, sim, e com certeza eu falo aqui também a questão do Coronel Comandante da Polícia Militar, que prometeu que jamais os militares seriam empregados na sua folga, falando também que ele usa um bigode, que o bigode dele era a palavra dele e infelizmente eu quero dizer, Comandante Prettz, eu não sei se é da sua ciência, mas o interior de Vilhena onde passei, Ji-Paraná e demais municípios estão sendo empregados, sim, na sua folga de 48 horas, estão sendo empregados em escalas onde um policial militar está dentro de uma viatura tirando policiamento ostensivo, então o senhor como Comandante Geral

da Polícia Militar tome a sua medida e fale para os seus subordinados que não façam isso, repreenda essas ações que estão sendo tomadas, pois a gente já está buscando toda apuração através da Comissão de Segurança Pública iremos apurar isso aí, iremos convocar...

O Sr. Jean Oliveira – Um aparte, Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com o aparte, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira - Só para registrar a presença do Prefeito de Santa Luzia, que também é Policial Militar. Deputado Jesuíno, o Prefeito de Santa Luzia também é Policial Militar, foi Vereador ali de Santa Luzia e hoje é Prefeito, é o primeiro Prefeito policial militar do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então, eu peço ao Coronel Prettz que ele reveja essas questões que estão acontecendo no interior. Eu quero acreditar que não seja a mando dele, porque ele ir a uma assembleia geral e falar que jamais um militar será empregado na sua folga, que o bigode dele tem um valor probatório de respeito, que isso não iria acontecer.

Então, eu espero que isso não esteja acontecendo a seu mando, isso deveria estar acontecendo sem a ciência dele. Quero dizer também para o Coronel Prettz, denúncias referentes ao 1º Batalhão da Polícia Militar onde assumiu o Comandante Tenente-Coronel PM Frederico. Vários Militares já estão fazendo o requerimento para a saída daquele Batalhão, e eu vou dizer o motivo, e não é nenhuma perseguição ou algo assim pessoal, é por conta já no Comando dele extinguiu vários tipos de policiamentos que estavam acontecendo naquele local, policiamentos, patrulhas onde tinham contatos com o PROERD, eram vários projetos sociais que estavam acontecendo, ele extinguiu, alterou a situação das ROCAN, que no caso, a força tática, para uma escala exaustiva de seis horas todo dia, e vem fazendo uma série de mudanças, com aquela situação do seguinte.

O Sr. Luizinho Goebel - Permita-me um aparte, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pois não, Deputado Luizinho.

O Sr. Luizinho Goebel – Vejo Vossa Excelência, grande defensor talvez desta Casa, talvez um dos maiores defensores da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Eu com pouco conhecimento de causa sempre defendi essa Instituição, que no meu entendimento é séria e necessária para o Estado de Rondônia, uma Polícia briosa e que tem feito um trabalho exemplar em nível de Brasil, a nossa Polícia é considerada uma das melhores Polícia Militar.

Eu vejo aqui algumas demandas que o senhor traz e quando o senhor fala da questão do discurso do Comandante Geral da Polícia Militar e da questão que ele colocou que o bigode era prova de que ele não faria certas ações, eu quero reafirmar que eu vejo isso com maus olhos. Por quê? Porque, pelo conhecimento que eu tenho, esse Comandante Prettz, o Coronel Prettz ele age de forma sorrateira, ele é covarde, ele é covarde. Porque, quando ele usa, como usou há pouco tempo,

no acordo que nós fizemos aqui, com a sua presença e a presença dele, quando nós votamos aqui um projeto encaminhado por ele da reforma na Polícia Militar, foi acordado na Mesa, Presidente Maurão, com a sua presença, de que não seria enviado para esta Casa um Veto a respeito da questão das horas extras dos nossos Policiais Militares. Em nenhum momento ele veio aqui para defender a sua tropa, porque veio o Projeto para cá e infelizmente nem Vossa Excelência nem o Deputado Luizinho estavam presentes naquele momento e os Deputados que acabaram, Deputado Jean, não participando dessa reunião, acabaram votando aquilo, que o acordo era totalmente ao contrário, é um dos fatos.

Quando eu falo de forma sorrateira, Presidente Maurão, é quando o senhor estava colocando aqui o nosso chefe da Polícia Legislativa, o chefe da DEPOL, que o senhor já tinha decidido em colocar o atual, que é o Coronel Haroldo, o Prettz, esse tal de Prettz, ele foi lá ao Governador Confúcio Moura e fez o Governador assinar um decreto nomeando aqui outro Coronel subordinado a ele, que é o Coronel Kisner, sem o consentimento do Presidente desta Casa, ele aprontou, tanto com o Presidente quanto todos os Pares desta instituição Legislativa do Estado de Rondônia.

Mas se não bastasse isso, depois, quando o Deputado Maurão comentou da possibilidade que se o atual chefe nosso estava indo para a Reserva e não poderia ter um chefe da DEPOL da Reserva, noticiou-se a possibilidade de instituir o Coronel Bonfim. E, aí, sabe o que o tal de Prettz fez? Mandou o Bonfim lá para Ji-Paraná, e o Bonfim fazia poucos dias que tinha vindo aqui para Porto Velho, para tirar o Bonfim da linha sucessória de assumir um cargo aqui nesta Casa. Mas aí, se não bastasse a sua sede sagaz de querer de forma sorrateira atrapalhar os outros, chamou um tal de Costa, que é Presidente de uma Associação, que o senhor pode falar aqui, eu gostaria que o senhor me ajudasse.

O SR. JESUÍNO BOABAID – ASPOMETRON.

O Sr. Luizinho Goebel – ASPOMETRON. O Costa colocou uma Nota de Repúdio quando eu falava que ele era inoperante, e eu falava inoperante porque aqui na Assembleia quando ele passou por aqui ele era inoperante. Ele quase não trabalhava, todo dia ele tinha uma desculpa esfarrapada e diferente, Deputado Jean, falando que tinha um problema de tratamento de saúde que ele tinha que fazer, e aí não sobrava tempo para trabalhar. E, talvez, é por isso que ele não reconheceu as horas extras para os nossos honrosos militares que muitas vezes deixam de ir para a Faculdade, deixam de chegar para abraçar o seu filho em casa depois de uma luta árdua de colocar a sua própria vida em defesa do cidadão de bem do Estado de Rondônia. E aí apresenta uma Nota de Repúdio dizendo, contestando aquilo que eu tinha falado, e também de forma sorrateira, usando uma instituição, que é essa Associação, e que demais Associações assinaram e que depois eu fui ver, nenhum assinou no papel, simplesmente colocaram o nome das pessoas e o nome da instituição, mas não tem nem sequer uma assinatura, e nenhuma dessas associações que assinaram essa nota de repúdio contra a minha pessoa nenhuma delas reuniu com os seus filiados para debater essa questão que era simplesmente de fazer uma defesa infundada ao inoperante

Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Coronel Prettz, e que hoje está atrapalhando aquilo que o Governador Confúcio Moura mais tem pregado. O Confúcio Moura, na sua história política, como Deputado Federal, como Prefeito, Prefeito reeleito, Deputado Federal eleito, reeleito, como Governador e como Governador reeleito, uma história de mais de 30 anos de vida pública, como Secretário de Estado também, tem pregado o diálogo e sabe o que o Comandante Geral da Polícia Militar quer fazer hoje? Quer fazer a sua Polícia se calar diante das propostas dele, e prova disso é o Projeto que está aqui nesta Casa falando que: “se a Justiça, a Justiça, o Judiciário do nosso País ou do Estado de Rondônia, que é o órgão supremo que nós temos para defender o cidadão brasileiro, ele quer passar a cima disso”. Colocando que se: o militar for absolvido judicialmente, Deputado Hermínio, mesmo assim o Comando da Polícia, administrativamente, pode punir esse militar.

Então, eu estou aqui trazendo esse tema a público e eu tenho certeza que por aí eu já ouvi falar que era para eu ficar calado, que era para eu não abrir a boca, porque não imagino do que ele de uma forma sorrateira é capaz de fazer, mas eu quero dizer que eu não me calo e principalmente diante dos covardes é que eu não me calo e além de tudo, a inoperância, incompetência ele não deixa de ser um cidadão covarde do nosso Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu quero agradecer o aparte e dizer realmente, Deputado Luizinho, concordo com a sua fala também, porque realmente um Comandante da Polícia Militar que tem, porque comando você não conquista através do mando, através do seu poder, você tem que ter aquele respeito pela tropa onde você é conduzido a levar aquele nome, “o meu Comandante, ele pensa na nossa questão, pensa em nós, pensa no nosso bem-estar”. Hoje, pode fazer uma pesquisa de campo, perguntar se o Comandante Geral da Polícia Militar tem o devido respeito pelos policiais militares, ele pode até ter, mas do seu clã, do seu colegiado.

Então, peço, Deputado Luizinho Goebel, Líder do Governo também, que o Governo olhe se ele está conduzindo de uma forma errada, onde constantemente nós estamos vendo erros e erros e a tropa não está evoluindo, não está ascendendo, até porque eu quero deixar claro, até as minhas Emendas que eu poderia encaminhar para o Fundo FUNRESPOL que é digno da questão inerente da situação da Polícia Militar já existe uma retaliação por parte deste. Então, como é que ele vai ter uma abertura até para o próprio Parlamento Estadual? Eu vou ter que encaminhar para outra Secretaria para ter abertura para chegar lá o benefício para os militares? Eu quero, sim, eu não tenho nenhuma preocupação de abrir diálogo com ninguém, mas eu tenho que ser respeitado e eu não vejo respeito por parte desse Comandante Geral.

Já excedeu dois minutos da minha parte, num segundo momento eu peço, eu venho, volto a falar. Mas muito obrigado a todos e dizer sempre: “a luta continua”.

(Às 17 horas e 52 minutos o Sr. Edson Martins passa a presidência ao Sr. Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu quero convidar os Deputados que estão nos gabinetes, os Deputados que estão na Casa para comparecer ao Plenário. Nós temos Veto para votar e precisamos de 16 votos, se não tiver 13 votos...

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura das Proposições recebidas. Solicito ao Deputado Jean fazer a leitura das proposições.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Susta a execução da Portaria nº 2120/GAB/DETRAN-RO de 19 de maio de 2015.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Dispõe sobre o auxílio e assistência do Estado às vítimas de violência e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DOS DEPUTADOS EZEQUIEL JÚNIOR E GLAUCIONE RODRIGUES. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Sr. José Maria Eymael.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Disciplina sobre o sistema de inclusão e exclusão dos nomes de consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO, AÉLCIO DA TV E CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora que seja antecipada para o dia 13 de agosto do corrente ano, às 15h00, a Audiência Pública que havia sido marcada para o dia 03 de setembro, a qual debaterá sobre eventos culturais.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora que seja alterado o horário da Sessão Solene marcada para o dia 25 de junho para homenagear os desportistas pela valorosa contribuição ao Esporte no Estado de Rondônia, e como representantes do nosso Estado em nível nacional e internacional, para as 09h00.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja alterado o horário de início da Audiência Pública para debater a proposta de Reforma Política em análise no Congresso Nacional.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DR. NEIDSON, SÓ NA BENÇA E ALEX REDANO. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 29 de junho de 2015, às 15:00 horas, junto aos representantes do Governo do Estado e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debater sobre o fornecimento de Hemocomponentes e Hemoderivados em clínicas e hospitais localizados no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Leis para deliberar sobre o passe Livre Estudantil para a rede de ensino no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia Confúcio Aires Moura, com cópia para o Secretário de Estado da SEJUS, a construção do presídio no município de Espigão do Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora que seja solicitado ao Governo do Estado informações quanto ao sistema de monitoramento do município de Porto Velho (SESDEC-CIOP), no que tange aos gastos, contratos, equipamentos ligados e demais dados referentes à vigilância.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia aos órgãos competentes, a necessidade de disponibilizar instrumentos musicais de fanfarras para o núcleo de apoio das escolas estaduais localizadas no município de Nova Mamoré.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente pela necessidade de asfaltamento da Rua Dener, no Bairro Socialista, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente pela necessidade de asfaltamento das Ruas Antônio Maria Valença, Pedro Albeniz e demais ruas adjacentes, no Bairro Aponiã, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia que interceda junto ao DER pela necessidade de asfaltamento na Rua Eça de Queiroz, no Bairro São Francisco, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente pela necessidade de recapeamento da Rua do Contorno, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente pela necessidade de asfaltamento da Rua Principal, no Bairro Novo Horizonte, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC sobre a necessidade de reforma e ampliação da Escola de Ensino Fundamental e Médio Benedito Laurindo Gonçalves, localizada no município de Parecis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de realizar operação tapa-buracos na Rua das Flores, Bairro Areal da Floresta, Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Poder Executivo Estadual que faça parceria com a Prefeitura de Porto Velho para a realização de limpeza em ruas e calçadas.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ataulfo Alves, Bairro São Francisco, em Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Moinho de Vento, Bairro São Francisco, Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER a manutenção do Aeroporto José Coletto, no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER sobre a necessidade da construção de uma ponte de alvenaria no distrito de Novo Plano, localizado no município de Chupinguaia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC sobre a necessidade da construção de uma creche no município de Pimenta Bueno.

- **INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia no sentido de estadualizar os 38 quilômetros de estrada vicinal que liga os Distritos de Novo Paraíso (Canelinha) e 14 de Abril à RO-387, no município de Espigão do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ.** Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de concluir a obra de revitalização do Beira Rio Cultural de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reformar as dependências da sede da Residência do DER de Alvorada do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual, junto aos órgãos competentes de sua

administração, a necessidade da realização da 3ª Academia de Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de encascalhamento e patrolamento da RO-421, km 72 de Campo Novo até o assentamento de Jacilândia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade de cascalhamento da Linha 2, que dá acesso do Distrito de Três Coqueiros ao município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual junto aos órgãos competentes de sua administração que tenham avidez quanto à conclusão da obra do presídio no município de Ariquemes.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual, junto ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, que providencie a manutenção de encascalhamento e patrolamento na Linha 72, no travessão do km 58 ao 60, no município de Buritis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de apoio, reparo e manutenção no Quartel do 3º GPPO do município de Campo Novo de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de implantação de um posto do IDARON no distrito de Três Coqueiros, no município de Campo Novo de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO DR. NEIDSON.** Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DER/RO), a necessidade em disponibilizar 08 Caçambas, 03 Patrol, 03 Pás-Carregadeiras, 01 Rolo Compactador e 01 Retroescavadeira pelo prazo de 30 dias, com intuito de dar início na recuperação das Avenidas localizadas no município de Guajará-Mirim.

Lidas as Proposições, Senhor Presidente.

(Às 18 horas e 15 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a presidência ao Sr. Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Leis para deliberar sobre o passe livre Estudantil para Rede de Ensino no Estado de Rondônia.

(Às 18 horas e 16 minutos o Senhor Ribamar Araújo passa a presidência ao Senhor Maurão de Carvalho).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DR. NEIDSON, SÓ NA BENÇA, ALEX REDANO, requerem à Mesa Diretora realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a ser realizada no dia 29 de junho de 2015, às 15:00 horas, junto aos representantes do Governo do Estado e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debater sobre o fornecimento de Hemocomponentes e Hemoderivados em clínicas e hospitais localizadas no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento dos Deputados Dr. Neidson, Só Na Bença e Deputado Alex Redano. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o Requerimento. Vai ao Expediente.

Deputado Airton, já teve entendimento com o Deputado Luizinho, o líder do Governo vai encaminhar aí o Veto.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora que seja alterado o horário de início da Audiência Pública para debater as propostas de Reforma Política em análise no Congresso Nacional.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Luizinho Goebel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO, requer à Mesa Diretora que seja alterado o horário da Sessão Solene marcada para o dia 25 de junho, para homenagear os desportistas pela valorosa contribuição aos Esportes no Estado de Rondônia e como representantes do nosso Estado em nível nacional e internacional, para as 9:00 horas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Lázinho da Fetagro. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO, AÉLCIO DA TV, CLEITON ROQUE. Requer à Mesa Diretora que seja antecipada para o dia 13 de agosto do corrente ano, às 15:00 horas, a Audiência Pública que havia sido marcada para o dia 03 de setembro, a qual debaterá sobre eventos culturais.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento dos Deputados Maurão de Carvalho, Aécio da TV e Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Secretário ad hoc) – VETO PARCIAL Nº 004/15 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 082. VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/15, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação dos §§ 2º e 7º do artigo 6º e do parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011 e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto que acaba de ser lido é o Veto do Poder Executivo, a Mensagem 082, está vencido, tem que ser dado o parecer em Plenário. Solicito ao Deputado da Comissão de Justiça, Deputado Adelino. Deputado Adelino, para emitir o parecer pela Comissão de Justiça. Eu convido os Senhores Deputados que estão nos seus gabinetes, nós vamos votar o Veto que está para o Deputado Adelino relatar. Ele já vai para votação, preciso que os Deputados estejam no Plenário.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Veto Parcial 004/15, Veto Parcial do Projeto de Lei Complementar nº 002/15 de autoria do Poder Executivo, que altera redação dos §§ 2º e 7º do artigo 6º e do parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011 e dá outras providências. Sou de parecer favorável, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, senhores Deputados, esse Veto, eu gostaria de encaminhar pela manutenção do Veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Manutenção do Veto, o parecer é pela manutenção do Veto.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Veto do Deputado Adelino Follador, pela manutenção do Veto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em discussão única e votação o Veto. Votação Nominal.
E o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Conclamo os votos. **Com 14 votos favoráveis e 01 contrário, está mantido o Veto. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Senhor Presidente, não há mais matérias a serem apreciadas.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra o Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Temos um requerimento aí de autoria minha e da Deputada Glaucione que concede a Medalha do Mérito Legislativo ao ex-Deputado federal Constituinte José Maria Eymael. Ele vai estar no sábado que vem em Porto Velho, num encontro da região Norte do partido e está pronto o requerimento, o projeto está pronto.

Eu quero pedir para Vossa Excelência colocar em votação, que ele vai estar sábado aqui para receber essa Comenda na Assembleia Legislativa do Estado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Deputado Ezequiel Júnior, o vosso pedido está na pauta para ser lido, anunciado.

Encerrada a Ordem do Dia, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de dois minutos para apreciar a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Decreto Legislativo nº 007/15; Projeto de Decreto Legislativo nº 011/15; Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15; Projeto de Lei nº 003/15; Projeto de Lei nº 010/15; Projeto de Lei nº 033/15; Projeto de Lei nº 096/15; Projeto de Lei nº 097/15 e Projeto de Lei nº 110/15.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 30 minutos)

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015/ALE-RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002660/2015-99**

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia, em Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, por seu Presidente, Deputado **MAURO DE CARVALHO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 287.641 SSP/RO, CPF nº 220.095.402-63, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico Nº **001/2015/CPP/ALE/RO**, devidamente homologado às fls. 330/331, nos autos do Processo Administrativo **00002660/2015-99**, resolve nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei 10.520/02 e do Decreto 7.892/2013, REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o referido pregão e com as cláusulas e condições a seguir.

FORNECEDORA:

ELETÍCIA DA SILVA ANDRADE, com sede na Rua TV. BOCA RICA, 94, MONTANHÃO, SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP, CEP: 09792-250 Fone: (11) 9737-66164, inscrita no CNPJ Nº 21.883.166.0001-73, neste ato, por intermédio de sua representante legal, Senhora ELETICIA DA SILVA ANDRADE, portadora da Carteira de Identidade 1643241516 e do CPF 068.908.985-67.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente ata tem por finalidade o **Registro de Preços para futura e eventual CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HOMENAGENS E OUTROS PRODUTOS**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº **001/2015/CPP/ALE/RO**.

Parágrafo único - Dos Preços:

Os preços para a **confecção e fornecimento de materiais de homenagens e outros produtos** estão relacionados na tabela abaixo:

Lote	Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1	1.	Diploma de Título Honorífico – confecção de Diploma de Título Honorífico Cidadão do Estado de Rondônia, em aço inoxidável, gravado em baixo relevo, com letras pretas, com Brasão do Estado de Rondônia e fita colorida pintada em 03 (três) cores, medindo 24 x 32,5 cm.	Und	80	151,87	12.149,60
	2.	Diploma de Honra ao Mérito – confecção de Diploma de Título de Honra ao Mérito, em aço inoxidável, gravado em alto relevo com letras pretas, com Brasão do Estado de Rondônia e fita colorida pintada em 03 (três) cores, medindo 24 x 32,5 cm.	Und	80	179,48	14.358,40
	3.	Troféu de Homenagem – confecção de troféu em aço inoxidável, gravado em baixo relevo, com base de acrílico verde, preto, vermelho ou transparente.	Und	40	132,13	5.285,20
	4.	Placa de Bronze - confecção de placa em bronze, gravada em baixo relevo com moldura na cor dourada, medindo 60x120cm, com o Brasão do Estado de Rondônia e a inscrição: "Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia 8ª Legislatura 01/02/2011 à 31/01/2015" e o nome dos Deputados eleitos e empossados no período.	Und	01	2.548,80	2.548,80
4	1.	Medalhão para pescoço estampado (por processo de estamparia artística) em chapa de metal nobre não ferroso (chapa extraída da liga de latão 270 com espessura de 35 micros), tratamento com banho desengraxastes, recobrimento galvânico e banho de ouro 22 quilates no substrato de tombak. De formato circular medindo 55mm de diâmetro, tendo na frente ao centro o brasão do Estado de Rondônia em relevo e esmaltado com suas respectivas cores oficiais, circundado pelo dístico superior "ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA" e um dístico inferior "MÉRITO LEGISLATIVO", contornando toda a borda, haverá um filete de alto relevo com 20 micros de espessura; toda a parte em baixo relevo consistirá de micro relevo e todas as partes de alto relevo deverão ser polidas e brilhantes. Na própria medalha haverá um passador de fitas para pescoço com espaço interno de 30mm para fita. Contendo: a) Fita para pescoço confeccionada em gorgorão chamalotado nas cores,verdes, azul e amarelo que terá 30mm de largura, 80cm de comprimento que é necessário para passar por sobre a cabeça e apoiar-se ao pescoço dos agraciados. b) Roseta tipo boton estampado (por processo de estamparia artística em chapa de metal nobre não ferroso, latão com espessura de 20micros), tratamento com banho desengraxastes, recobrimento galvânico e banho de ouro 22 quilates no substrato de tombak. De formato circular medindo 9mm de diâmetro, tendo quatro partes separadas por dois filetes em relevo com 5 micros de espessura, sendo que em cada uma das partes receberão cores diferentes tais como: azul, verde, amarelo e branco com esmalte verde ao fundo, contornando na borda haverá um filete em alto relevo com 5 micros de espessura e todas as partes em alto relevo ser polidas e brilhantes. No verso haverá um pino soldado para afixar um greap fastner.	Und	100	172,90	17.290,00

	c) Barrete cunhado (estampado) e recortado por processo de estamparia artística em chapa de metal nobre não ferroso, (latão conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 micros). Tratamento de retirada de impurezas com banho desengraxastes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 22 quilates diluindo no substrato de tombak. De formato retangular medindo 36x11mm; contornando toda a borda, haverá um filete em alto relevo com 5 micros de espessura. Será passando por entre o barrete uma fita em gorgorão chamalotado nas cores verde, azul e amarelo. No verso haverá dois pinos soldados para afixar um greap fastner. d) Estojo com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente com manta acrílica revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa, tendo ao centro a logo em hot-stamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita e da roseta, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul marinho, na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantará o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em percalina azul marinho e terá na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado. O estojo como um todo medirá 18,75 cm x 13,10cm x 4,00cm.				
Valor Global Estimado da Ata =>					51.632,00

II – A **ALE/RO** pagará à Contratada por eventual e futura confecção e fornecimento dos materiais de homenagem o valor total de R\$ **51.632,00 (Cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais)**, de acordo com o disposto na presente Ata, na necessidade da Administração e na disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único - A existência de preços registrados não obriga a **ALE/RO** a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições (Art. 64, § 1º da Lei 8.666/93).

III - Os preços registrados poderão ser revistos sendo de responsabilidade do gestor da avença a negociação com o contratado, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do **caput** do art. 65 da Lei 8.666/93 (Art. 17 do Decreto Nº 7.892/13).

IV - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (§ 4º, do art. 22 do Decreto nº 7.892/13).

V - É **vedado** efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (§ 1º, do art. 12 do Decreto nº 7.892/13).

VI - A Ata de Registro de Preços devidamente publicada poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública na qualidade de Órgão Não Participante, desde que cumpridas as regras normais de solicitação de adesão e anuência do Órgão Gerenciador e do Licitante Participante (art. 2º do Decreto nº 8.250/2014).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

I. Sempre que julgar necessário, a **ALE/RO** solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;

II. A Nota de Empenho será enviada via e-mail ao fornecedor o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Caso a empresa não possua e-mail, a Nota de Empenho deverá ser retirada na **Secretaria Administrativa**, situado na Rua Major Amarantes, nº 390, Bairro Arigolândia, nesta Capital de Porto Velho/RO, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da convocação;

III. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela FORNECEDORA durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela **ALE/RO**;

IV. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

V. O prazo para entrega dos materiais será de no máximo de **10 (dez)** dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho;

VI. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no **Departamento de Cerimonial** desta **ALE/RO**, situado na Rua Major Amarantes, 390 - Bairro Arigolândia – Porto Velho/RO – CEP: 76801-911, telefone (69) 3216-2717;

VII. A FORNECEDORA responsabilizar-se-á pela qualidade do material cotado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

VIII. O recebimento do material no Departamento de Cerimonial é de forma provisória, sendo o mesmo recebido de forma definitiva, a partir da certificação da nota fiscal, pela Comissão Permanente de Materiais, Bens e Serviços da ALE/RO.

IX. Os bens deverão possuir garantia, contra defeitos de fabricação e transporte, de até 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo, sendo que dentro deste prazo, deverá ser feita a substituição dos materiais que se mostrem em condições inadequadas à sua utilização.

CLÁUSULA TERCEIRA – A FORNECEDORA deverá manter as condições de habilitação estabelecidas no item 10.0 do edital, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I. O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 10 (dez) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente da **ALE/RO** que deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros-**CND**, do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica), certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

II. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simples Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa**

RFB nº 1.234, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

III. Nenhum pagamento será efetuado a FORNECEDORA, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

IV. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado;

V. No texto da Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura deverão constar as marcas dos materiais, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem ao fornecimento.

VI. Havendo erro na Nota Fiscal ou Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias;

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no DO – e – ALE/RO.

CLÁUSULA SEXTA - REVISÃO E CANCELAMENTO

I - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

II - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV – O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo único - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

V - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

§ 1º - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

§ 2º - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

VI - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

VII - O registro do fornecedor será cancelado quando:

§ 1º - descumprir as condições da ata de registro de preços;
 § 2º - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

§ 3º - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 § 4º - sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

VIII - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos §§ 1º, 2º e 4º será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

IX - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

§ 1º - por razão de interesse público; ou
 § 2º - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA- CONDIÇÕES GERAIS

I - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

II - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho, 22 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
 Presidente Secretário Geral

Eleticia da Silva Andrade
 Representante Legal
 Eleticia da Silva Andrade 06890898567

AVISO DE LICITAÇÃO - FRACASSADA
PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2015/ CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00005316/2015-98

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo **ATO Nº 016/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que a licitação supracitada tendo como finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS para contratação, sob demanda, da prestação de serviços de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal e intermunicipal de pessoas no Estado de Rondônia, por meio de veículos do tipo/ modelo ônibus executivo, micro-ônibus e vans**, foi declarada

FRACASSADA, ficando aberto o prazo para manifestação recursal, logo, os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho, 26 de junho de 2015.

Everton José dos Santos Filho
 Pregoeiro ALE/RO
 Mat. 200155998

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2450/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A composição dos membros da Comissão de Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo ATO Nº 0017/2015-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 021 de 04/02/15, a contar de 1º de junho de 2015.

Presidente: LOURDES TEREZINHA LENA

Membros: CLEONICE SOUZA ARAUJO PRIMO
 ANDRE FERREIRA PAIS
 OLIVIA CABRAL DA SILVA BAKAUS
 ALEXANDRE FREITAG OLIVEIRA

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 129/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 14 (quatorze) diárias no período de 14 a 27/06/2015, ao servidor **MIRIM LUIZ DE BRITO**, cadastro nº 100003294, Chefe de Divisão, lotado na Escola do Legislativo, para deslocar-se a Ji-Parana – RO, com o objetivo de ministrar curso de Introdução de Informática, conforme Processo nº. 7797/2015-13.

Porto Velho - RO, 17 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
 Presidente Secretário Geral

ATO Nº 122/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18 a 21/06/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Ariquemes, Cacoal, Vilhena e Colorado D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7602/2015-12.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161013	Alberto Andrade do Nascimento	Chefe de Divisão	Polícia Legislativa

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 123/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias no período de 21 a 27/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Pimenta Bueno - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7621/2015-32.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100000711	Marivete Fontinele de Melo	Ast. Tec. Legislativo	Dep Lebrão
100003004	Liliane Martins de M. Oliveira	Téc. Legislativo	Escola do Legislativo
100007750	Joaquim Santos Cunha	Asses. Técnico	Gab. da Secretaria geral
200161608	Felipe Reis da Silva	Ast. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 124/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18 a 21/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Ariquemes, Cacoal, Vilhena e Colorado D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7675/2015-88.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161012	Jose Kerginaldo da Silva	Ast. Parlamentar	Gab. da Presidência
200160379	Irma Fogaca Barbosa	Chefe Gab. Presidência	Gab. da Presidência
200161011	Olívio Gilberto Persch	Asses. Parlamentar	Gab. Presidência

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 125/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18 a 21/06/2015 a servidora relacionada para deslocar - se a Vilhena e Colorado D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7675/2015-88.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100009490	Wagna Vieira da Silva	Asses. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 126/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária no período de 23 a 23/06/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Ji-Paraná e Machadinho D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7722/2015-36.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161681	Milson Alves da Guia	Asses. Técnico	Dpto. de A. Prod.Parlamentar

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 127/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária no período de 17 a 17/06/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Vilhena e Colorado D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7723/2015-37.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161681	Milson Alves da Guia	Asses. Técnico	Dpto. de A. Prod. Parlamentar

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 128/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 17 a 20/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Vilhena e Colorado D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7720/2015-34.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161088	Waldir Aparecido Costa	Diretor de Dpto.	Dpto. Com. Social
200161748	Eranildo Costa Luna	Asses. Técnico	Dpto. Com. Social
200161010	Marisvaldo Jose da Silva	Asses. Técnico	Dpto. Com. Social

Porto Velho - RO, 16 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 130/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Cancelar a concessão de diárias, concedida através do ATO Nº83/2015-SRH/D/P/ALE, publicado no DO-e-ALE/RO Nº 093, datado de 10.06.2015, aos servidores relacionados, conforme Processo nº6256/2015-05.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100004763	Moises Nazare de Farias	Membro da Comissão	Sup. de Comp. e Licitações
200161157	Rodolfo de Araujo	Ast. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 22 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 131/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Cancelar a concessão de diárias, concedida através do ATO Nº84/2015-SRH/D/P/ALE, publicado no DO-e-ALE/RO Nº 093, datado de 10.06.2015, aos servidores relacionados, conforme Processo nº6256/2015-05.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100004763	Moises Nazare de Farias	Membro da Comissão	Sup. de Comp. e Licitações
200161157	Rodolfo de Araujo	Ast. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 22 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 133/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 24 a 26/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Ji-Paraná e Machadinho D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7877/2015-94.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161383	Claudio alves da Silva	Asses. Técnico	Dpto. de Com. Social
100007668	David Santos Casseb	Téc. Legislativo	Dpto. de Com. Social
200161389	Elienio De Nazare Nascimento	Asses. Técnico	Dpto. de Com. Social
200161385	Igor Pereira Da Cruz	Asses. Técnico	Dpto. Com. Social
200161387	Jose Hilde Tacana V. Forte	Asses. Técnico	Dpto. de Com. Social
200161382	Tiago Silva Santos	Ast. Técnico	Dpto. de Com. Social

Porto Velho - RO, 22 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 134/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 23 a 26/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Ji-Paraná e Machadinho D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7915/2015-33.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100008500	Jane Ester Siqueira Lemos	Diretor de Dpto.	Dpto. de Cerimonial
100002981	Cesinelia Oliveira de Souza	Asses. Técnico	Dpto. de Cerimonial
200161880	Francisco Diego da Luz Araujo	Asses. Técnico	Dpto. de Logística

Porto Velho - RO, 22 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 137/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 24 a 26/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Machadinho D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7952/2015-70.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160526	Edilson Oliveira Neves	Asses. Parlamentar	Gab. da Presidência
200160528	Jaime de Souza Lima	Ast. Técnico	Gab. da Presidência
200160530	Renato Rodrigues da Costa	Asses. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 23 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 138/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 24 a 26/06/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Ji-Paraná e Machadinho D'Oeste - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 7946/2015-64.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100017807	Elaineia Pereira da Silva	Aux. Administrativo	Dpto. de Cerimonial
200161735	Ana Paula Souza Silva	Ast. Técnico	Dpto. de Cerimonial
200161740	Alecsandra Souza Lima	Ast. Técnico	Dpto. de Cerimonial
200161739	Isabel Cristina Florêncio Barbosa	Ast. Técnico	Dpto. de Cerimonial
100005216	Mario Flavio de Miranda	Asses. Técnico	Dpto. de Cerimonial
200161079	Nilda Souza Campos Santos	Ast. Técnico	Dpto. de Cerimonial

Porto Velho - RO, 23 de Junho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral